

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS COELHO E CASTRO

Fiães • Santa Maria da Feira

AECC

PROJETO EDUCATIVO

2025 – 2029

“Tu tornas-te eternamente responsável por aquilo que cativas.”

Antoine de Saint-Exupéry, O Príncipezinho

Em Consulta Pública

Índice

Preâmbulo	6
1. Caracterização da Escola	8
1.1. História e evolução da instituição	8
1.2. Oferta educativa.....	8
Educação Pré-Escolar (JI).....	9
1.º Ciclo	9
2.º e 3.º Ciclos	9
Ensino Secundário Científico-Humanístico	9
Cursos Profissionais.....	9
Ensino Noturno Recorrente	9
Cursos EFA.....	9
1.3. Perfil dos alunos	10
1.4. Recursos humanos (docentes e não docentes).....	10
1.5. Recursos materiais e infraestruturas	11
2.1. Visão estratégica da escola	11
2.2. Missão educativa.....	12
2.3. Valores orientadores.....	12
2.4. Princípios de equidade, inclusão e cidadania.....	13
Projetos de apoio à aprendizagem	13
Inclusão de alunos migrantes.....	13
3. Diagnóstico e Análise Estratégica.....	15
3.1. Análise interna e externa (SWOT)	16
3.2. Sucesso Educativo	17
1.º Ciclo (Escolas Básicas de Caldelas, Avenida, Vendas Novas n.º 2 e Chão do Rio)	17
2.º Ciclo (Escola Básica e Secundária Coelho e Castro).....	18
3.º Ciclo (Escola Básica e Secundária Coelho e Castro).....	18
Ensino Secundário Científico-Humanísticos.....	18
Ensino Secundário: Cursos Profissionais.....	18
3.3. Necessidades específicas da comunidade educativa	19

3.4. Prioridades identificadas	19
4. Objetivos estratégicos, metas, indicadores, responsáveis e prazos	20
4.1. Matriz de objetivos estratégicos e metas	20
4.1.1. O sistema de metas: sucesso pleno e recuperação	21
4.1.2. Valores-alvo para o quadriénio 2025–2029	22
4.2. Eixo 1: Liderança e Gestão	23
Domínio A: Liderança e governação	23
4.3. Eixo 2: Prestação do Serviço Educativo	25
Domínio B: Sucesso educativo e inovação pedagógica.....	25
4.4. Eixo 3: Resultados.....	27
Domínio C: Resultados escolares e clima organizacional	28
4.5. Eixo 4: Capacidade de Autorregulação e Melhoria	29
Domínio D: Autoavaliação e melhoria contínua	30
4.6. Síntese e Compromisso	31
4.7. Procedimentos de acompanhamento.....	31
4.8. Revisão das metas	31
5. A Escola na Era da Inteligência Artificial.....	32
5.1. Desafios éticos e pedagógicos.....	32
5.2. Potencialidades: o que a IA pode fazer pela escola	33
A IA e a Fluência Leitora	33
Diferenciação pedagógica e inclusão	33
Apoio à gestão e à decisão organizacional.....	33
5.3. Pistas estratégicas para o quadriénio 2025–2029	34
A. Uso ético e transparente: um guião para a comunidade escolar	34
B. Transformação das práticas de avaliação	34
C. Capacitação de docentes e literacia digital dos alunos	34
D. Exploração supervisionada e partilha de experiências.....	35
5.4. A IA como questão da comunidade	35
6. Plano de Ação	35
6.1. Ações por eixo estratégico	35
6.2. A oferta educativa do Agrupamento.....	37

6.3. Estratégias específicas para:	39
Educação Pré-Escolar	39
1.º Ciclo	39
2.º e 3.º Ciclos	39
Secundário.....	39
Cursos Profissionais.....	39
Ensino Noturno Recorrente	40
Cursos EFA.....	40
6.4. Articulação curricular vertical e horizontal	40
A transição do 1.º para o 2.º ciclo: estratégias de pertença e continuidade.....	40
A transição do 3.º ciclo para o Secundário: estratégias de compromisso e adaptação	41
6.5. Apoios educativos e medidas de suporte à aprendizagem.....	41
6.6. Formação contínua de docentes e não docentes	42
7. Avaliação e Monitorização	42
Plano de Formação: orientações para o quadriénio	42
Eixos temáticos do plano de formação	43
Princípios orientadores	43
7.1. Indicadores de avaliação	44
7.2. Procedimentos de recolha de dados.....	44
7.3. Relatórios anuais e autoavaliação.....	44
7.4. Revisão e atualização do Projeto Educativo.....	44
8. Gestão e Organização.....	45
8.1. Estrutura organizacional	45
8.2. Órgãos de gestão e coordenação.....	45
8.3. Participação dos alunos, famílias e parceiros	45
8.4. Comunicação interna e externa	45
9. Vigência e Revisão do Projeto Educativo	46
9.1. Período de vigência	46
9.2. Monitorização e acompanhamento	46
9.3. Procedimentos de revisão.....	46
9.4. Divulgação e publicitação.....	47

Referências bibliográficas.....48

Preâmbulo

A educação é, antes de tudo, um ato de esperança. Acreditar que é possível formar pessoas mais livres, mais conscientes e mais solidárias é a convicção que sustenta qualquer projeto educativo genuíno. É com essa convicção, e com o sentido de responsabilidade que dela decorre, que o Agrupamento de Escolas Coelho e Castro apresenta o seu Projeto Educativo para o quadriénio 2025–2029.

Um Projeto Educativo não é um documento de intenções. É, como sublinha Costa (2003), “um instrumento de gestão que confere identidade, coerência e sentido à ação da escola, orientando a tomada de decisões e comprometendo a comunidade com metas partilhadas.” É também, na perspetiva de Bolívar (2012), a tradução de uma visão partilhada sobre o tipo de escola que se pretende construir, uma escola que não se contenta com o que é, mas que tem a ousadia de imaginar o que pode vir a ser.

O presente Projeto Educativo nasce de um diagnóstico reflexivo e participado. Nasce do reconhecimento das forças que tornam este agrupamento singular, a estabilidade do seu corpo docente, a qualidade das suas lideranças, a riqueza das suas parcerias, o calor humano que atravessa as suas escolas, e das fragilidades que importa superar com rigor, com método e com determinação. Como advertem Barroso e Carvalho (2020), um diagnóstico escolar que não articula indicadores quantitativos e qualitativos, considerando o valor acrescentado relativamente ao contexto de partida dos alunos, corre o risco de produzir leituras parciais e decisões mal fundamentadas. Esse risco foi conscientemente evitado na elaboração deste documento.

O espírito que anima este Projeto Educativo é o de uma escola humanista, uma escola que coloca a pessoa no centro, que acredita na educabilidade de todos os alunos e que recusa qualquer forma de determinismo social ou académico. Na senda de Nóvoa (2009), acredita-se que “a escola é um lugar de pessoas e de relações”, onde o conhecimento se constrói na interação, onde o cuidado é condição da aprendizagem e onde a exigência e o afeto não são forças opostas, mas complementares e indissociáveis.

Este espírito humanista exprime-se igualmente no compromisso com a equidade e com a inclusão. A escola pública tem uma responsabilidade ética incontornável: garantir que todos os alunos, independentemente da sua origem social, cultural ou económica, tenham acesso às mesmas oportunidades de aprender, de crescer e de construir projetos de vida com sentido. Como defende Formosinho (2016), a escola inclusiva implica reconhecer a diversidade como recurso pedagógico e não como obstáculo, e é essa convicção que orienta, de forma transversal, todas as dimensões deste projeto.

O Agrupamento de Escolas Coelho e Castro serve uma comunidade educativa heterogénea, marcada pela diversidade de origens, percursos e necessidades. Essa heterogeneidade não é um problema a gerir: é uma riqueza a cultivar. É a partir dela que se constroem as melhores aprendizagens, as mais sólidas competências de cidadania e as mais genuínas experiências de convivência democrática. Como recorda Roldão (1999), gerir o currículo com equidade significa adaptar a escola à diversidade dos alunos, e não exigir que os alunos se adaptem a uma escola pensada para um perfil que muitas vezes não corresponde à sua realidade.

Este documento organiza-se em torno de quatro eixos estratégicos, Liderança e Gestão, Prestação do Serviço Educativo, Resultados e Capacidade de Autorregulação e Melhoria, que se articulam entre si numa lógica de coerência e complementaridade. Para cada eixo foram definidos objetivos estratégicos, metas verificáveis, indicadores de monitorização, responsáveis pela execução e prazos de concretização. A sua operacionalização anual far-se-á através do Plano Anual de Atividades, instrumento privilegiado de concretização das orientações estratégicas aqui enunciadas.

O Projeto Educativo “Abraçar e Educar” é, em última análise, uma declaração de compromisso coletivo. Um compromisso com os alunos que chegam cada dia às nossas escolas carregando consigo histórias, sonhos e possibilidades que nos cabe ajudar a descobrir e a desenvolver. Um compromisso com as famílias que nos confiam o que têm de mais precioso. Um compromisso com a comunidade que nos rodeia e que espera de nós não apenas resultados académicos, mas cidadãos formados para o mundo. Como escreve Azevedo (2011), a escola que assume verdadeiramente a sua responsabilidade social é aquela que consegue articular, com sabedoria e com coragem, a liberdade de educar com o compromisso público de o fazer bem, para todos e com todos.

É com essa responsabilidade, e com a humildade de saber que há sempre mais a aprender e a melhorar, que o Agrupamento de Escolas Coelho e Castro apresenta à sua comunidade este Projeto Educativo, confiante de que será um instrumento vivo, participado e consequente.

1. Caracterização da Escola

1.1. História e evolução da instituição

A identidade do Agrupamento de Escolas Coelho e Castro radica num desígnio educativo com origem no testamento lavrado, em Lisboa, a 22 de agosto de 1924, por Manuel António da Silva Coelho e Castro. Nesse documento ficou expressa a vontade de criar, em Fiães, uma escola industrial e comercial que permitisse às novas gerações aceder a formação académica e profissional qualificante, ampliando as suas perspetivas de vida e de integração social. A comunidade apenas tomou conhecimento desta intenção após a morte do benemérito, em 1952, momento a partir do qual se desencadearam esforços locais para concretizar a sua vontade.

O percurso institucional do atual agrupamento resulta da evolução e posterior articulação de duas estruturas escolares que, em momentos distintos, corporizaram esse legado. Por um lado, a Escola Elementar Técnica de Coelho e Castro, criada em 1966 pelo Decreto n.º 47228/66, de 30 de setembro, e, por outro, o Centro de Ensino Técnico de Fiães, que viria a assumir, em 1971, a designação de Escola Técnica de Coelho e Castro, ao abrigo do Decreto n.º 457/71, de 28 de outubro.

A Escola Elementar Técnica de Coelho e Castro, inicialmente situada na Quinta da Cavacada, passou, em 1968, a designar-se Escola Preparatória D. Pedro V, assegurando o então 2.º ciclo do ensino preparatório. Em 1989 transferiu-se para a Rua Coelho e Castro, adotando a designação de Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos D. Moisés Alves de Pinho. Em 2002 foi constituído o Agrupamento Vertical de Escolas de Fiães, integrando jardins de infância e escolas do 1.º ciclo da área, com sede naquela escola básica.

Paralelamente, a Escola Técnica de Coelho e Castro funcionou, numa fase inicial, numa propriedade situada na Calçada do Ganso, tendo ministrado cursos gerais nas áreas de Administração e Comércio, Mecânica e Formação Feminina. Em 1978 passou a designar-se Escola Secundária de Coelho e Castro e, no início da década de 1980, alargou a sua oferta aos cursos complementares do ensino secundário. Em 1986 foi transferida para novas instalações na Rua das Escolas, onde consolidou a sua intervenção no ensino secundário geral, nos cursos tecnológicos e no ensino noturno.

No quadro do reordenamento da rede educativa, a Direção Regional de Educação do Norte determinou, em 2007, a agregação da Escola Básica D. Moisés Alves de Pinho com a Escola Secundária de Coelho e Castro. Pelo Decreto-Lei n.º 299/2007, de 22 de agosto, a unidade orgânica passou a designar-se Escola Básica e Secundária D. Moisés Alves de Pinho. Posteriormente, através do Aviso n.º 212/2013, de 27 de dezembro, assumiu a designação atual de Agrupamento de Escolas Coelho e Castro, Fiães, Santa Maria da Feira. Desde então, a escola sede é a Escola Básica e Secundária Coelho e Castro, servindo uma comunidade educativa alargada e diversificada.

1.2. Oferta educativa

O Agrupamento de Escolas Coelho e Castro tem procurado adequar a sua oferta educativa às características da população escolar e às necessidades da comunidade local, assegurando percursos diversificados ao longo da escolaridade e da educação de adultos.

Educação Pré-Escolar (JI)

A educação pré-escolar é assegurada em cinco jardins de infância: Chão do Rio, Avenida, Vendas Novas, Igreja em Caldelas e Arcozelo. Esta rede permite uma cobertura territorial ajustada e favorece a proximidade entre a escola, as famílias e o contexto social de origem das crianças.

1.º Ciclo

No 1.º ciclo, a oferta distribui-se pelas escolas de Chão do Rio, Caldelas, Avenida e Vendas Novas, garantindo resposta educativa descentralizada e articulada com os restantes níveis de ensino do agrupamento.

2.º e 3.º Ciclos

O 2.º e o 3.º ciclo funcionam na escola sede, beneficiando de uma maior concentração de recursos humanos, materiais e especializados, o que favorece a articulação curricular, a continuidade pedagógica e a gestão integrada dos percursos dos alunos. Esta concentração permite diversificar as respostas educativas, reforçar o acompanhamento tutorial e assegurar uma preparação progressiva e coerente para as transições escolares, nomeadamente para o ensino secundário.

Ensino Secundário Científico-Humanístico

No ensino secundário científico-humanístico, o agrupamento disponibiliza os cursos de Artes Visuais, Ciências Socioeconómicas, Ciências e Tecnologias e Línguas e Humanidades, procurando responder a diferentes perfis de interesse, vocações e projetos de prosseguimento de estudos.

Cursos Profissionais

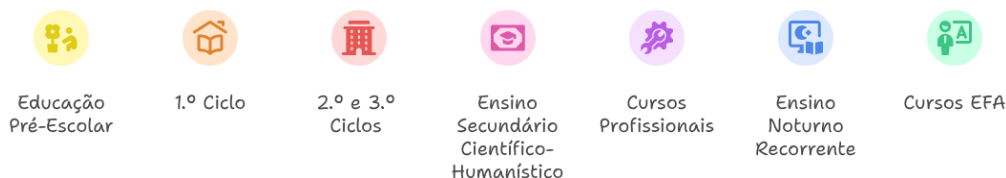
A oferta profissional inclui, no ano letivo referido na documentação disponibilizada, os cursos de Técnico/a de Animação Sociocultural, Técnico/a de Desenho Digital 3D, Técnico/a de Eletrónica, Automação e Computadores e Técnico/a de Informática, Instalação e Gestão de Redes. Estes percursos assumem uma função estratégica na qualificação técnica dos alunos, na ligação ao tecido empresarial e na promoção da empregabilidade e do prosseguimento de estudos.

Ensino Noturno Recorrente

O agrupamento assegura ensino recorrente no curso de Ciências e Tecnologias, constituindo uma resposta relevante para públicos adultos e para percursos de requalificação escolar.

Cursos EFA

No domínio da educação de adultos, o agrupamento desenvolve cursos de Educação e Formação de Adultos, ao nível básico e secundário, reforçando a sua vocação de escola ao longo da vida e de promoção de qualificação da população adulta.



1.3. Perfil dos alunos

A população escolar do agrupamento é proveniente de diferentes freguesias, variando a sua área de abrangência em função dos níveis de ensino. Trata-se de uma comunidade heterogénea, marcada por contextos familiares diferenciados e por uma presença relevante de alunos oriundos de meios socioeconómicos fragilizados, evidenciada pelo número significativo de beneficiários da ação social escolar.

O agrupamento acolhe também alunos de diferentes nacionalidades, com especial expressão de estudantes oriundos do Brasil, bem como alunos pertencentes a minorias étnicas, ainda que em número reduzido. Acresce a presença de um conjunto significativo de alunos que beneficiam de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, o que exige respostas organizacionais, pedagógicas e técnicas consistentes. A cultura institucional do agrupamento evidencia uma preocupação continuada com o acolhimento, o respeito pela diversidade e a promoção de condições equitativas de participação e sucesso.

Como sublinha Formosinho (2016), a escola inclusiva implica reconhecer a diversidade como recurso pedagógico e não como obstáculo, exigindo respostas organizacionais coerentes e sustentadas.

Quadro A - Perfil da população escolar (dados a preencher com informação INOVAR)

Indicador	Valor (INOVAR)
N.º total de alunos matriculados	1518
alunos beneficiários de ASE	345
alunos com medidas de suporte à aprendizagem (DL 54/2018)	125
alunos migrantes	92
N.º médio de alunos por turma	20

Fonte: INOVAR, Sistema de Informação dos Recursos Educativos (ano letivo a indicar). Os campos assinalados com [preencher] devem ser completados com os valores exportados da plataforma.

1.4. Recursos humanos (docentes e não docentes)

O agrupamento dispõe de um corpo docente caracterizado por estabilidade e experiência profissional, circunstância que favorece a continuidade pedagógica, o trabalho colaborativo e a consolidação de práticas organizacionais coerentes. A existência de uma cultura de colaboração entre docentes é identificada como um fator relevante para a melhoria da ação educativa e para a articulação entre ciclos e áreas disciplinares.

No plano dos recursos não docentes, a equipa integra assistentes técnicos, assistentes operacionais, técnicos superiores, encarregado operacional e chefia dos serviços administrativos. A distribuição identificada na documentação disponibilizada corresponde a 9 assistentes técnicos, 45 assistentes operacionais, 1 técnico superior, 1 encarregado operacional e 1 chefe dos serviços administrativos. Este conjunto de profissionais desempenha funções essenciais no apoio ao funcionamento quotidiano das escolas, à segurança, à organização administrativa e ao acompanhamento dos alunos.

Quadro B - Recursos humanos: corpo docente e não docente (dados a preencher com informação INOVAR)

Categoria	N.º (INOVAR)
Docentes	167
Assistentes técnicos	9
Assistentes operacionais	84
Técnicos superiores / outros	4

Fonte: INOVAR, Sistema de Informação dos Recursos Educativos (ano letivo a indicar).

1.5. Recursos materiais e infraestruturas

O agrupamento integra diversos estabelecimentos escolares com características distintas, distribuídos por diferentes localidades. Nos estabelecimentos de educação pré-escolar e 1.º ciclo, a organização dos espaços evidencia, em regra, a existência de recreio e refeitório, bem como, em parte dos casos, biblioteca escolar, o que contribui para a criação de ambientes educativos funcionalmente adequados.

A escola sede encontra-se implantada num espaço exterior amplo e arborizado, com condições favoráveis ao bem-estar e ao convívio escolar. As instalações, organizadas em oito edifícios, foram objeto de intervenção de remodelação, destacando-se o pavilhão gimnodesportivo e o bloco de serviços administrativos, direção e polivalente. Foram ainda introduzidas melhorias ao nível do conforto das salas, embora persistam necessidades em algumas áreas, designadamente no plano térmico e acústico.

No domínio tecnológico, subsistem limitações relevantes. A documentação aponta para obsolescência do parque informático, insuficiências nas infraestruturas de rede, designadamente no 1.º ciclo e na educação pré-escolar, e dificuldades de funcionamento de equipamentos e acesso à internet, incluindo na escola sede. Ao nível da segurança, os sistemas de videovigilância e de alarme encontram-se operacionais, refletindo uma preocupação institucional com a proteção dos alunos e a salvaguarda do espaço escolar.

2.1. Visão estratégica da escola

O Agrupamento de Escolas Coelho e Castro projeta-se como uma escola de referência, capaz de articular qualidade académica, humanização das relações educativas, inovação pedagógica e participação ativa da comunidade. Esta visão assenta na ambição de consolidar uma escola que acolhe, acompanha e exige, valorizando simultaneamente os resultados, o bem-estar e a formação integral dos alunos.

A visão estratégica do agrupamento pressupõe uma prática educativa orientada por exigência, rigor e monitorização dos resultados, sem dissociar estes elementos do cuidado relacional, da inclusão e da construção de vínculos positivos. Assume-se igualmente a importância da inovação tecnológica responsável, incluindo a integração crítica de ferramentas digitais e de inteligência artificial como suporte à aprendizagem, à diferenciação pedagógica e à eficiência organizacional. Nesta perspetiva, a escola afirma-se como espaço de preparação para um mundo em transformação, preservando a centralidade da relação humana, da ética e do compromisso público da educação.

2.2. Missão educativa



Visão Estratégica

A visão de se tornar uma escola de referência com qualidade académica e inovação.



Missão Educativa

A missão de proporcionar educação inclusiva e equitativa para o sucesso de todos os alunos.



Valores Orientadores

Os valores que moldam as decisões pedagógicas e relacionais da

Made with  Napkin

A missão educativa do agrupamento consiste em proporcionar uma educação pública, inclusiva, equitativa e exigente, orientada para o sucesso de todos os alunos e para o desenvolvimento de competências cognitivas, sociais, emocionais, cívicas e digitais. Esta missão concretiza-se através de uma ação pedagógica que procura reconhecer cada aluno, apoiar os seus percursos e promover a construção de projetos de vida sustentados em conhecimento, responsabilidade e autonomia.

O agrupamento assume, assim, uma educação de matriz humanista, promotora do respeito pela diversidade, da responsabilidade social, da participação democrática e da inovação pedagógica. A sua missão compreende ainda o cuidado com o bem-estar dos alunos e dos profissionais, a valorização da sustentabilidade e a articulação entre aprendizagem, cidadania e inserção social e profissional.

2.3. Valores orientadores

A ação do agrupamento orienta-se por um conjunto de valores estruturantes que conferem coerência às decisões pedagógicas, organizacionais e relacionais. A educação de matriz humanista constitui o fio condutor que une estes valores, reforçando a centralidade da pessoa humana, da dignidade, da empatia e do desenvolvimento integral de cada aluno. Entre esses valores destacam-se o humanismo, a inclusão, a excelência, a exigência, a inovação responsável, a cidadania, a participação, a sustentabilidade, o bem-estar, a transparência e a confiança.

Estes valores traduzem-se no reconhecimento da educabilidade de todos os alunos, na valorização do mérito e do esforço, na adoção ética e crítica da inovação, na promoção do envolvimento das famílias e da comunidade, na defesa de ambientes saudáveis e na construção de relações institucionais baseadas em previsibilidade, clareza e responsabilidade partilhada.

2.4. Princípios de equidade, inclusão e cidadania

O agrupamento assume a equidade como princípio regulador da distribuição de recursos, da organização dos apoios e da identificação de respostas diferenciadas para alunos em situação de maior vulnerabilidade. A monitorização contínua e sistemática da eficácia e pertinência destas respostas, assim como das condições de participação, constituem-se, nesta matéria, como instrumentos promotores de uma Escola impulsionadora da igualdade de oportunidades.

No plano da inclusão, a escola estrutura a sua intervenção em torno de práticas pedagógicas diferenciadas, medidas de suporte à aprendizagem, intervenção articulada da EMAEI, do Centro de Apoio à Aprendizagem e de serviços especializados, procurando garantir ambientes seguros, respeitadores das diferenças e promotores de participação plena.

Projetos de apoio à aprendizagem

No âmbito do apoio à aprendizagem e da inclusão, o agrupamento dispõe de aulas de apoio pedagógico, programas de tutoria e respostas específicas orientadas para a consolidação das aprendizagens em disciplinas estruturantes. Estes dispositivos traduzem uma intervenção diferenciada, ajustada às necessidades dos alunos e articulada com a monitorização do seu percurso escolar.

O Centro de Apoio à Aprendizagem constitui uma estrutura organizativa central nesta resposta, agregando recursos humanos e materiais e articulando-se com a Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva. No seu âmbito são operacionalizadas medidas universais, seletivas e adicionais de suporte à aprendizagem e à inclusão, bem como apoios especializados, intervenção articulada com o Centro de Recursos para a Inclusão e parcerias com entidades da comunidade para favorecer a autonomia e a integração na vida ativa.

Inclusão de alunos migrantes

O Agrupamento de Escolas Coelho e Castro acolhe um número significativo de alunos migrantes, com particular expressão de estudantes oriundos do Brasil e de países de língua portuguesa, bem como de outras origens culturais e linguísticas. A sua integração constitui uma responsabilidade pedagógica e institucional que o agrupamento assume com determinação, criatividade e espírito de abertura.

A receção e acompanhamento destes alunos assentam num conjunto articulado de respostas: o acolhimento individualizado no momento da matrícula e integração, o apoio ao Português como Língua Não Materna (PLNM) nos casos em que este é necessário, a sensibilização das turmas e comunidade para a diversidade cultural como valor, e a articulação com as famílias, frequentemente também em processo de adaptação ao contexto português, para garantir que a escola é percebida como um espaço seguro, acolhedor e promotor de igualdade. Vieira (2015) sublinha que o envolvimento das famílias migrantes exige estratégias comunicativas específicas, respeitadas das diferenças culturais e atentas às barreiras linguísticas que podem comprometer a participação.

O trabalho desenvolvido com estes alunos evidencia resultados positivos ao nível da integração social e escolar, da progressão nas aprendizagens e da construção de uma identidade escolar positiva. A presença de alunos de diferentes culturas e origens enriquece o ambiente educativo, promove competências de interculturalidade e prepara todos os alunos para uma sociedade crescentemente plural e diversa. Como defende Formosinho (2016), a escola que reconhece a diversidade como recurso pedagógico é aquela que cria condições para que cada aluno, independentemente da sua origem, possa participar plenamente e desenvolver o seu potencial.

O agrupamento compromete-se a continuar a desenvolver e aprofundar estas respostas, nomeadamente através da formação contínua dos docentes em educação intercultural, da diversificação das estratégias de acolhimento e acompanhamento, e da valorização pública das histórias e culturas de origem dos alunos migrantes como contributo para a identidade coletiva da comunidade educativa.

Guia de Acolhimento para famílias migrantes

O Agrupamento de Escolas Coelho e Castro reconhece que a chegada de uma família migrante à escola portuguesa pode ser um momento de desorientação e insegurança, mesmo quando a língua não constitui barreira. As diferenças entre sistemas educativos, as especificidades do calendário escolar, o funcionamento dos órgãos de gestão, os mecanismos de avaliação e as formas de comunicação com a escola são aspetos que, sem um apoio estruturado, podem dificultar o envolvimento das famílias e, em consequência, o percurso escolar das crianças e jovens. Para responder a esta necessidade, o AECC desenvolve e disponibiliza um Guia de Acolhimento para famílias migrantes.

O Guia de Acolhimento organiza-se em quatro secções principais:

Boas-vindas e apresentação do agrupamento: história, missão, valores, estrutura de ciclos e níveis de ensino, mapa dos estabelecimentos e contactos úteis. Esta secção inclui uma nota de boas-vindas personalizada para famílias de língua portuguesa, reconhecendo as diferenças culturais mesmo dentro de um contexto linguístico partilhado.

Glossário do sistema educativo português: explicação acessível de termos e conceitos que podem diferir do sistema de origem das famílias, incluindo: ano letivo, semestre, pauta, diretor de turma, encarregado de educação, Ação Social Escolar (ASE), faltas justificadas e injustificadas, níveis de avaliação (1 a 5 no ensino básico; 0 a 20 no secundário), EMAEI, SPO, CAA e outros acrónimos institucionais.

Canais de apoio direto e contactos: identificação do interlocutor privilegiado para famílias migrantes (diretor de turma ou elemento da direção responsável pelo acolhimento), horários de atendimento, endereços de correio eletrónico, plataformas de comunicação escola-família, procedimentos de matrícula e de acesso ao apoio social escolar.

Integração cultural e participação na vida escolar: informação sobre projetos e iniciativas do agrupamento que valorizam a diversidade cultural, como o Dia da Língua Portuguesa e da Cultura, as Assembleias de Alunos, e os projetos de cidadania e de literacia intercultural. Esta secção incentiva as famílias a partilharem a sua cultura de origem com a comunidade escolar, posicionando essa partilha como contributo pedagógico e não como mera curiosidade.

Guia de Acolhimento para Famílias Migrantes



O Guia é disponibilizado em formato digital no sítio web do agrupamento. Esta versão digital é atualizada anualmente, incorporando as alterações normativas e as sugestões recolhidas junto das famílias. A sua elaboração e revisão contará com a participação de famílias migrantes, garantindo que o documento responde às necessidades reais e não apenas às necessidades percebidas pela escola.

Quanto à cidadania, o agrupamento valoriza o desenvolvimento de competências sociais, emocionais e éticas, a participação democrática dos alunos, o respeito pelas regras de convivência, a preservação do bem comum, a literacia digital e mediática e o combate à desinformação. A educação para a cidadania constitui, por isso, uma dimensão transversal do projeto educativo e da experiência escolar.

3. Diagnóstico e Análise Estratégica

A construção de um futuro sustentável para o AECC exige uma compreensão profunda e detalhada do seu ponto de partida. O diagnóstico estratégico aqui apresentado resulta de um profundo conhecimento da realidade do agrupamento e de uma análise cruzada dos dados que constam dos seus documentos estruturantes, dos relatórios de autoavaliação e do último relatório de avaliação externa (relativo ao ano 2022-2023). Como sublinham Barroso e Carvalho (2020), a avaliação das escolas deve articular indicadores quantitativos e qualitativos, considerando o valor acrescentado relativamente ao contexto de partida dos alunos, é nesse espírito que o presente diagnóstico foi elaborado.

3.1. Análise interna e externa (SWOT)

O AECC afirma-se como uma instituição educativa comprometida com a promoção de uma educação de qualidade, inclusiva e inovadora, em articulação com o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO) e a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC), visando o sucesso e bem-estar dos alunos. A análise estratégica que se segue organiza-se segundo a metodologia SWOT, articulando fatores internos e externos numa perspetiva sistemática. Como defende Costa (2011), um diagnóstico escolar rigoroso é condição indispensável para que as decisões estratégicas sejam fundamentadas e consequentes.

FORÇAS (Internas)	FRAGILIDADES (Internas)
<p>Ambiente escolar: Socialmente acolhedor, seguro e inclusivo, onde prevalece o respeito mútuo.</p> <p>Liderança e Estabilidade: Direção com projeto claro e corpo docente estável e experiente.</p> <p>Trabalho colaborativo: Existência de uma cultura de colaboração entre docentes.</p> <p>Cultura de Inclusão: Estruturas robustas (EMAEI, CAA e SPO) e experiência consolidada no apoio a alunos com medidas seletivas e adicionais. Alunos migrantes.</p> <p>Oferta educativa: muito diversificada, inclui projetos potenciadores de experiências de aprendizagem, comportamentos saudáveis e cidadania ativa.</p> <p>Articulação Vertical: Mecanismos de articulação curricular funcionais entre ciclos, especialmente em Português e Matemática.</p> <p>Espaços Exteriores: Amplos, bem cuidados, com cobertura arbórea considerável, potenciam o bem-estar e o convívio entre os alunos.</p>	<p>Infraestrutura Digital: Obsolescência do parque informático no 1.º Ciclo e escola sede, limitações da rede elétrica e dificuldades de acesso à internet também na escola sede.</p> <p>Conforto Físico: Deficiências térmicas e acústicas em salas de aula específicas.</p> <p>Burocracia: Excesso de procedimentos administrativos que consomem tempo letivo e pedagógico.</p> <p>Envolvimento Parental: Participação das famílias ainda muito centrada na avaliação e pouco na vida estrutural da escola.</p> <p>Acessibilidade: Dificuldades na circulação de pessoas com mobilidade condicionada nos espaços interiores de alguns estabelecimentos.</p> <p>Formação: insuficiente qualificação do pessoal docente e não docente em áreas específicas, como competências digitais avançadas e gestão comportamental.</p> <p>Comportamento dos alunos: Persistência de alguns comportamentos disruptivos.</p>
OPORTUNIDADES (Externas)	AMEAÇAS (Externas)
<p>Programas Nacionais: Agenda “Simplex” e PRR para financiamento da transição digital.</p> <p>Revolução da IA: Potencial da Inteligência Artificial para personalização do ensino e automação administrativa.</p>	<p>Demografia: Declínio acentuado da natalidade, ameaçando provocar uma redução do número de turmas.</p> <p>Instabilidade Legislativa: Alterações frequentes nas políticas educativas nacionais.</p>

<p>Parcerias Locais: Tecido empresarial disponível para protocolos no ensino profissional, nomeadamente para formação em contexto de trabalho.</p> <p>Formação: Centro de Formação das Terras de Santa Maria disponível para responder às necessidades do Agrupamento.</p> <p>Descentralização: Transferência de competências para as autarquias pode agilizar a manutenção e melhoria dos espaços.</p>	<p>Contexto Socioeconómico: Precarização laboral das famílias com impacto no acompanhamento dos alunos em casa.</p> <p>Riscos Digitais: Desinformação, plágio via IA e cibersegurança.</p> <p>Pessoal docente: Envelhecimento da classe docente, com implicações na renovação de práticas e na gestão da substituição.</p> <p>Pessoal não docente: A escassez de assistentes operacionais pressiona a gestão diária e a supervisão dos espaços escolares.</p>
--	---

Fontes: Relatório de autoavaliação 2020-21; Relatório de autoavaliação 2021-22; Relatório de autoavaliação 2023-24; Relatório de avaliação externa 2022-2023.

A leitura integrada destas dimensões é indispensável para evitar leituras parciais ou enviesadas da realidade institucional. Como alertam Machado e Formosinho (2016), a partilha sistemática de evidências entre as equipas docentes é condição essencial para que o diagnóstico se converta em melhoria efetiva das práticas.

3.2. Sucesso Educativo

Considerando que o sucesso educativo inclui diferentes dimensões, desde o desenvolvimento pessoal e socioemocional, da cidadania, da consciência ambiental e de hábitos de vida saudável, até aos resultados académicos, o AECC desenvolve a sua ação em prol do sucesso educativo de todos os alunos em todas essas dimensões. Neste sentido, a escola não se limita a medir resultados: promove percursos. Como afirma Roldão (1999), a gestão do currículo orientada para o sucesso de todos os alunos pressupõe uma escola capaz de se adaptar à diversidade e de responder com sentido e com proposta a cada percurso individual.

Destaca-se, em particular, a ação relevante na construção da autonomia e responsabilidade individual, concretizada através de uma oferta diversificada de projetos e atividades vocacionados para a promoção do bem-estar, preservação dos espaços exteriores e promoção da pontualidade. A oferta educativa integra ainda componentes de enriquecimento curricular e de cidadania, nomeadamente ao nível da educação ambiental, saúde, prevenção de comportamentos de risco e desenvolvimento pessoal e social. A implementação sustentada de medidas educativas inovadoras de suporte à aprendizagem e à inclusão promove a igualdade de oportunidades de acesso ao currículo, em linha com os princípios defendidos por Formosinho (2016).

A análise dos resultados académicos nas escolas do Agrupamento no triénio 2020/21 a 2022/23 (Fonte: Plataforma InfoESCOLAS, <https://infoescolas.medu.pt/>), permite-nos concluir:

1.º Ciclo (Escolas Básicas de Caldelas, Avenida, Vendas Novas n.º 2 e Chão do Rio)

No triénio considerado, os resultados dos alunos do 1.º ciclo situam-se globalmente acima dos de alunos do país com perfil socioeconómico semelhante, no que diz respeito à percentagem de alunos que concluíram o 1.º ciclo em quatro anos. A taxa de retenção ou desistência é igual a zero, à exceção de algumas situações pontuais em que esta assume um valor também muito próximo de zero. Este desempenho, consistente ao

longo do período de tempo constitui um indicador expressivo da qualidade do serviço educativo prestado nos primeiros anos de escolaridade e reflete o compromisso do agrupamento com o sucesso precoce e a prevenção do insucesso, tal como defendem Leite, Gomes e Fernandes (2001) ao sublinhar a centralidade dos projetos curriculares de escola na promoção do sucesso educativo desde as fases iniciais.

2.º Ciclo (Escola Básica e Secundária Coelho e Castro)

Os resultados dos alunos do 2.º ciclo são bons e situam-se, no quadriénio, acima da média nacional calculada entre os alunos do país com perfil semelhante, no que respeita à percentagem de alunos que concluem o 2.º ciclo em dois anos. A taxa de retenção e desistência foi quase residual. Estes resultados são coerentes com a estabilidade e experiência do corpo docente e com a articulação curricular vertical identificada como força institucional, confirmando o que Roldão (2007) defende: que colaborar é condição de qualidade e eficácia no trabalho dos professores.

3.º Ciclo (Escola Básica e Secundária Coelho e Castro)

No 3.º ciclo, os resultados apresentam-se acima da média dos alunos do país que tinham um nível semelhante à entrada neste ciclo, no que diz respeito à percentagem de alunos que concluíram o 3.º ciclo em três anos. No entanto, os resultados nas provas nacionais de 9.º ano estão aquém dos alunos com nível semelhante antes do 3.º ciclo, e a taxa de retenção e desistência tem vindo a evidenciar, em 2024/25, uma tendência crescente, sobretudo no 8.º ano. Esta situação requer atenção particular: como advertem Barroso e Carvalho (2020), os resultados [...] devem ser lidos à luz do valor acrescentado e do contexto socioeconómico dos alunos, mas não podem deixar de constituir um sinal de alerta para a necessária intervenção pedagógica diferenciada.

Ensino Secundário Científico-Humanísticos

Os resultados dos alunos dos cursos científico-humanísticos são positivos: a percentagem de alunos que concluíram os cursos em três anos está acima da média e apresenta uma tendência crescente, considerando os alunos do país com nível semelhante à entrada no ensino secundário. Em 2020, 81% dos alunos que se candidataram na 1.ª fase ingressaram no ensino superior público na 1.ª fase, valor que se tem mantido estável e que constitui um indicador de referência. Estes números traduzem, em grande medida, o esforço coletivo da comunidade educativa e confirmam o valor do projeto institucional, corroborando a perspetiva de Cosme e Trindade (2013): a qualidade educativa é indissociável das condições que a escola cria para que os alunos possam aprender com sentido e com exigência.

Ensino Secundário: Cursos Profissionais

A percentagem dos alunos que concluíram o ensino profissional em três anos ou menos situa-se aquém da média dos alunos do país com perfil semelhante à entrada do ensino secundário. A melhoria das taxas de conclusão no ensino profissional constitui, por isso, uma prioridade estratégica para o quadriénio, que deverá ser abordada com respostas pedagógicas diferenciadas e com reforço da articulação com o tecido empresarial local, em linha com o que Azevedo (2011) preconiza quanto à responsabilidade partilhada entre escola e comunidade na promoção da qualificação profissional.

A par destas respostas, importa reconhecer que a fragilidade das taxas de conclusão se associa frequentemente a uma cultura insuficiente de compromisso entre o aluno e a escola, entre o aluno e a família

e entre a família e a escola. Como sublinham Azevedo e Fonseca (2007), o sucesso do ensino profissional depende de uma corresponsabilização efetiva de todos os intervenientes no processo educativo, sob pena de o percurso ser vivido como uma imposição e não como uma escolha. Esta ausência de uma cultura partilhada de compromisso e de responsabilidade penaliza, em primeiro lugar, o próprio aluno, que frequenta as aulas porque tem de ir e não porque reconhece nesse percurso um projeto de vida com sentido. Neste enquadramento, e seguindo as orientações da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP), quanto à qualidade da oferta profissional e à centralidade do aluno no processo formativo, o presente Projeto Educativo assume o desígnio de reavivar e valorizar esta modalidade de ensino. Tal compromisso traduz-se na promoção de uma cultura de corresponsabilização entre alunos, encarregados de educação e escola, no envolvimento ativo das famílias no acompanhamento do percurso formativo, no reforço da orientação vocacional e da educação para a carreira já no 3.º ciclo, na clarificação de expectativas mútuas no momento da matrícula e na articulação sistemática com o tecido empresarial local, de modo a que cada aluno reconheça o ensino profissional como uma escolha com sentido e com futuro.

3.3. Necessidades específicas da comunidade educativa

A comunidade educativa do agrupamento caracteriza-se por uma pluralidade de necessidades que decorrem da diversidade social, cultural, económica e escolar da população abrangida. Entre essas necessidades destacam-se o reforço de respostas dirigidas a alunos oriundos de contextos socioeconómicos fragilizados, a consolidação de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, o acompanhamento de alunos migrantes e de alunos com necessidades educativas específicas, bem como a criação de condições que promovam transições escolares bem-sucedidas entre ciclos e níveis de ensino. Assume também particular importância o reforço da participação das famílias na vida escolar, a melhoria das condições materiais e tecnológicas das escolas, a prevenção de comportamentos disruptivos, a promoção do bem-estar socioemocional e o investimento em formação contínua dos profissionais. Como salienta Vieira (2015), o envolvimento das famílias constitui um dos fatores mais poderosos na promoção do sucesso escolar, sendo por isso uma necessidade que não pode ser subestimada na definição das prioridades do agrupamento.

3.4. Prioridades identificadas

Tal como defende Costa (2003), as prioridades de um projeto educativo devem decorrer diretamente do diagnóstico realizado e comprometer a comunidade com a sua concretização. Neste sentido, da análise estratégica efetuada resultam as seguintes prioridades para o quadriénio 2025–2029, organizadas em torno das dimensões que o diagnóstico identificou como mais urgentes e com maior impacto potencial no sucesso educativo e na qualidade da vida escolar.

Como prioridade central, o AECC assume a promoção do sucesso educativo entendido em sentido amplo, abrangendo os resultados académicos, as escolhas vocacionais, o desenvolvimento pessoal e socioemocional, a cidadania, a consciência ambiental, os hábitos de vida saudável e a construção de autonomia e responsabilidade. É a partir deste conceito alargado de sucesso educativo que se organizam as restantes prioridades identificadas para o quadriénio.

Renovação e melhoria da infraestrutura digital do Agrupamento.

Resolução das deficiências térmicas e acústicas em salas de aula específicas.

Redução dos comportamentos disruptivos e promoção de um clima de escola positivo, com destaque para o reforço da literacia em todos os ciclos, dada a sua centralidade no contexto educativo atual.

- Promoção do sucesso escolar em todos os ciclos e níveis de ensino, com especial atenção a todo o 3.º ciclo, ao 10.º ano dos Cursos Científico-Humanísticos e ao ensino profissional, bem como à promoção da transição entre ciclos de escolaridade.
- Integração da Inteligência Artificial nas práticas pedagógicas e organizacionais do Agrupamento.
- Formação contínua específica para o pessoal docente e não docente, com incidência em competências digitais e gestão comportamental.
- Redução dos procedimentos administrativos que consomem tempo letivo e pedagógico.
- Promoção da participação das famílias na vida estrutural da escola.

4. Objetivos estratégicos, metas, indicadores, responsáveis e prazos

Neste enquadramento, o presente Projeto Educativo define, para o quadriénio 2025–2029, os objetivos estratégicos, as metas, os indicadores de monitorização, os responsáveis pela execução e os prazos de concretização, assegurando a articulação entre a orientação estratégica do agrupamento, o Plano Anual de Atividades, os instrumentos de autoavaliação e os demais documentos estruturantes. A concretização das metas fixadas será objeto de acompanhamento regular e de avaliação anual, com vista à introdução dos ajustamentos necessários e à consolidação de uma cultura de melhoria contínua baseada em evidências.

O projeto educativo constitui, nas palavras de Costa (2003), um instrumento de gestão que confere identidade, coerência e sentido à ação da escola, orientando a tomada de decisões e comprometendo a comunidade com metas partilhadas. Nessa linha, Azevedo (2011) defende que a liberdade e a responsabilidade da escola pressupõem a existência de um projeto sustentado em diagnóstico rigoroso, participação alargada e compromisso com a melhoria.

4.1. Matriz de objetivos estratégicos e metas

O Projeto Educativo constitui o documento identitário por excelência de um agrupamento de escolas, sendo simultaneamente um instrumento de comprometimento coletivo e um referencial orientador da ação educativa a médio prazo. Como sublinha Bolívar (2012), um Projeto Educativo significativo não se reduz à enunciação formal de intenções, mas traduz uma visão partilhada sobre o tipo de escola que se pretende construir e sobre os valores que devem presidir à convivência e à aprendizagem. É nesse espírito que se apresentam os objetivos estratégicos do Agrupamento de Escolas Coelho e Castro para o período 2025–2029.

A definição destes objetivos resultou de um processo de diagnóstico participado, [alicerçado](#) na análise da realidade interna do Agrupamento, nas orientações nacionais e europeias para a educação e nos princípios que norteiam o Projeto de Intervenção “Abraçar e Educar”. De acordo com Alarcão e Tavares (2019), a qualidade de uma escola é inseparável da sua capacidade de se conhecer, de aprender com a experiência e de mobilizar os seus agentes em torno de objetivos comuns. Os objetivos aqui apresentados organizam-se em

torno dos quatro eixos que estruturam o Projeto Educativo: Liderança e Gestão, Prestação do Serviço Educativo, Resultados e Capacidade de Autorregulação e Melhoria.

Como defende Costa (2011), a eficácia de um projeto educativo reside, precisamente, na coerência entre o diagnóstico realizado, os objetivos definidos, as ações implementadas e os mecanismos de avaliação e melhoria adotados. É essa coerência que o presente Projeto Educativo procura garantir, assumindo o compromisso de transformar cada objetivo em ação concreta e cada ação em aprendizagem organizacional.

4.1.1. O sistema de metas: sucesso pleno e recuperação

A definição de metas no Projeto Educativo implica uma escolha sobre o que se quer medir e como se quer medir. Medir apenas o produto final, quantos alunos chegam ao fim do ano sem qualquer negativa, é útil, mas incompleto: não permite ver o esforço pedagógico, não distingue quem esteve sempre longe da retenção de quem foi recuperado a tempo, e tende a penalizar excessivamente os anos de maior exigência e transição. Por isso, o AECC adota para o quadriénio 2025–2029 duas metas complementares, que juntas oferecem uma leitura mais justa, mais completa e mais orientadora da intervenção pedagógica.

Meta 1, Sucesso pleno	Meta 2, Recuperação dos alunos em risco
<p>O que mede</p> <p>A percentagem de alunos que termina cada semestre/ano letivo sem qualquer classificação negativa.</p> <p>Para que serve</p> <p>É o indicador de resultado final: avalia o produto do processo educativo e permite comparar o desempenho ao longo do quadriénio. Constitui a meta histórica do agrupamento, já utilizada em ciclos anteriores, com valores-alvo progressivos por ano de escolaridade.</p> <p>Limitação</p> <p>Qualquer aluno com uma única negativa conta como insucesso, o que pode ser penalizador nos anos de maior exigência e transição, onde dificuldades pontuais não equivalem a risco real de retenção.</p>	<p>O que mede</p> <p>A percentagem de alunos em risco efetivo de retenção que recupera ao longo do ano letivo. São considerados em risco: no básico, os alunos com 4 ou mais disciplinas com níveis inferiores a 3 ou com Português e Matemática em simultâneo (<3); no secundário, os alunos com mais de 2 disciplinas com classificação inferior a 10 valores.</p> <p>Para que serve</p> <p>É o indicador de processo: avalia a eficácia da intervenção pedagógica junto dos alunos mais vulneráveis. Introduzida como meta complementar neste quadriénio, torna visível o trabalho de recuperação e permite uma leitura mais equitativa e justa dos resultados.</p> <p>Valor acrescentado</p> <p>Distingue dificuldade pontual de risco real, tornando a avaliação do sucesso mais rigorosa e coerente com os princípios da educação inclusiva.</p>
<p><i>As duas metas não se contradizem, medem coisas diferentes. A Meta 1 avalia o produto; a Meta 2 avalia o processo. Juntas, oferecem uma leitura completa e justa do sucesso educativo.</i></p>	

4.1.2. Valores-alvo para o quadriénio 2025–2029

Os valores de linha de base correspondem aos resultados do 1.º semestre de 2025-2026 (Relatório de Avaliação do 1.º Semestre, 2025-2026). Os valores-alvo foram definidos com base na trajetória histórica do agrupamento, considerando uma progressão exequível e sustentada ao longo do quadriénio. Para a Meta 1, a ambição é uma melhoria anual de 2 a 4 pontos percentuais nos anos mais críticos, mantendo ou consolidando os níveis já elevados nos ciclos iniciais. Para a Meta 2, o objetivo é que pelo menos 70% dos alunos identificados em risco no 1.º semestre recuperem no decurso do ano letivo.

Ano	Linha de base (1S 25-26)	Meta 1 (2025-26)	Meta 1 (2026-27)	Meta 1 (2027-28)	Meta 1 (2028-29)	Meta 2 (recuperação)	Risco 1S
1.º ano	87,8%	≥ 90%	≥ 92%	≥ 93%	≥ 94%	≥ 70% recuperam	4,8%
2.º ano	99,0%	≥ 96%	≥ 97%	≥ 97%	≥ 98%	≥ 70% recuperam	0,0%
3.º ano	92,9%	≥ 93%	≥ 94%	≥ 95%	≥ 96%	≥ 70% recuperam	3,0%
4.º ano	97,0%	≥ 96%	≥ 97%	≥ 97%	≥ 98%	≥ 70% recuperam	0,0%
5.º ano	88,1%	≥ 90%	≥ 91%	≥ 93%	≥ 94%	≥ 70% recuperam	2,2%
6.º ano	87,8%	≥ 89%	≥ 90%	≥ 91%	≥ 92%	≥ 70% recuperam	2,2%
7.º ano	29,4%	≥ 35%	≥ 42%	≥ 48%	≥ 55%	≥ 70% recuperam	17,5%
8.º ano	50,8%	≥ 54%	≥ 57%	≥ 60%	≥ 63%	≥ 70% recuperam	15,1%
9.º ano	57,1%	≥ 60%	≥ 62%	≥ 64%	≥ 66%	≥ 70% recuperam	14,1%
10.º ano	61,3%	≥ 63%	≥ 65%	≥ 67%	≥ 69%	≥ 70% recuperam	14,9%
11.º ano	53,1%	≥ 56%	≥ 58%	≥ 61%	≥ 64%	≥ 70% recuperam	6,1%
12.º ano	76,1%	≥ 79%	≥ 81%	≥ 83%	≥ 85%	≥ 70% recuperam	1,0%

Nota: Os valores da linha de base referem-se à percentagem de alunos sem negativas no 1.º semestre de 2025-2026 (Relatório de Avaliação do 1.º Semestre, 2025-2026). Os valores-alvo da Meta 1 reportam-se ao final de cada ano letivo. Para o 7.º, 8.º, 9.º e 10.º anos, as metas foram fixadas num patamar exequível face à trajetória histórica do agrupamento, reconhecendo a natureza estruturalmente mais exigente destes anos. Os valores do 1.º semestre do ano letivo referem-se apenas a um momento intermediário e tendem a melhorar significativamente no 2.º semestre.

4.2. Eixo 1: Liderança e Gestão

A liderança escolar eficaz é reconhecida, nacional e internacionalmente, como um dos fatores mais determinantes para a qualidade das instituições educativas. Alarcão e Tavares (2019) argumentam que liderar uma escola no século XXI implica muito mais do que gerir recursos e cumprir normativos: implica construir uma visão partilhada, criar condições para o desenvolvimento profissional de todos e promover uma cultura organizacional assente na confiança, na colaboração e na responsabilidade coletiva. É neste quadro conceptual que se inscrevem os objetivos deste eixo.

A proximidade da liderança face às escolas, aos serviços e às pessoas é entendida não como um estilo de gestão entre outros possíveis, mas como uma condição essencial para que o projeto educativo seja verdadeiramente vivido e não apenas enunciado. Como refere Azevedo (2019), a liderança que transforma uma escola é aquela que se faz presente nos corredores, nas salas de professores e nas reuniões de equipa, que conhece as pessoas, as ouve e as envolve nas decisões que moldam o quotidiano escolar. Neste seguimento, constituem-se como objetivos:

- Aproximar a liderança das escolas e dos serviços, privilegiando uma gestão de proximidade que fomente a confiança e a coesão institucional.
- Rever e aprovar o Projeto Educativo com participação alargada, assegurando que este documento reflete as vozes e os compromissos de toda a comunidade educativa.
- Uniformizar e digitalizar os procedimentos administrativos, aumentando a eficiência, a transparência e a acessibilidade da informação.
- Reforçar parcerias e a participação das Associações de Pais, de Estudantes, dos Docentes e dos Funcionários, reconhecendo o valor insubstituível do envolvimento de todos na vida escolar.
- Melhorar as condições físicas e a infraestrutura digital das escolas do Agrupamento, garantindo ambientes de trabalho e de aprendizagem dignos, confortáveis e tecnologicamente adequados.

Estes objetivos convergem para uma liderança que, nas palavras de Nóvoa (1992), sabe que a escola não muda por decreto, mas pela ação comprometida de quem nela trabalha, aprende e cresce. A participação das Associações de Pais e de Estudantes não é um requisito formal, mas uma convicção: a escola é melhor quando é de todos e para todos.

Domínio A: Liderança e governação

Objetivo	Meta	Indicador	Linha de base	Valor-alvo	Responsáveis	Prazo	Fonte de verificação
A1, Reforçar a liderança de proximidade e a eficácia organizacional do agrupamento.	Assegurar, até ao final do quadriénio, a regularidade de reuniões de acompanhamento com todos os estabelecimentos de educação e ensino e melhorar os níveis de satisfação interna	Número de reuniões de acompanhamento realizadas por período/semestre; taxa de execução das decisões tomadas; nível de satisfação dos trabalhadores.	Realização informal, sem periodicidade definida; satisfação interna com a comunicação não monitorizada sistematicamente (2024-25)	Reuniões de acompanhamento com periodicidade regular com todos os estabelecimentos; melhoria perceptível da satisfação interna até 2028-29	Diretor, subdiretor, adjuntos, coordenadores de estabelecimento e coordenadores de departamento.	Monitorização trimestral; avaliação anual; consolidação até julho de [2029].	Atas, planos de trabalho, questionários internos, relatórios de monitorização.

Objetivo	Meta	Indicador	Linha de base	Valor-alvo	Responsáveis	Prazo	Fonte de verificação
	relativos à comunicação e ao funcionamento organizacional.						
A2, Uniformizar e digitalizar os procedimentos administrativos e pedagógicos.	Digitalizar e uniformizar, até ao final do quadriénio, os principais procedimentos administrativos e pedagógicos do agrupamento, reduzindo a dispersão documental e o tempo de resposta dos serviços.	Percentagem de procedimentos uniformizados; percentagem de procedimentos digitalizados; tempo médio de resposta; número de não conformidades detetadas.	Procedimentos administrativos maioritariamente em papel; dispersão documental identificada; tempo de resposta não monitorizado (2024-25)	Digitalização progressiva dos principais procedimentos até 2028-29; redução perceptível da dispersão documental e do tempo de resposta	Diretor, serviços administrativos, coordenadores técnicos, equipa TIC.	Implementação faseada com balanço semestral; conclusão até julho de [2029].	Manuais de procedimento, registos administrativos, relatórios internos, auditorias documentais.
A3, Reforçar a participação das famílias, dos alunos e dos parceiros na vida do agrupamento.	Aumentar, até ao final do quadriénio, a participação efetiva dos encarregados de educação, das estruturas representativas dos alunos e dos parceiros institucionais nas atividades e processos de consulta do agrupamento.	Taxa de participação dos encarregados de educação; número de reuniões e ações participadas; número de protocolos ativos; número de iniciativas com parceiros.	Participação das famílias centrada na avaliação; protocolos ativos com 7 parceiros estratégicos (2024-25)	Alargamento gradual da participação das famílias a atividades não avaliativas; manutenção e eventual reforço das parcerias ativas	Diretor, diretores de turma, coordenadores de estabelecimento, associação de pais, associação de estudantes, SPO.	Monitorização por período/semestre; avaliação anual; consolidação até julho de [2029].	Registos de presenças, atas, protocolos, relatórios de atividades.
A4, Melhorar as condições físicas e digitais dos estabelecimentos.	Executar, no quadriénio, um plano progressivo de melhoria das condições físicas, da conectividade e do equipamento digital, priorizando os espaços com maiores carências identificadas.	Número de intervenções realizadas; percentagem de salas com acesso funcional à internet; percentagem de equipamentos renovados; grau de satisfação dos utilizadores.	Parque informático obsoleto no 1.º ciclo; dificuldades de acesso à internet na escola sede; deficiências térmicas e acústicas em salas específicas (2024-25)	Melhoria progressiva da conectividade e do equipamento digital, com prioridade para o 1.º ciclo; intervenção nas salas com deficiências identificadas, em articulação com a autarquia	Diretor, autarquia, serviços de administração escolar, equipa TIC.	Avaliação anual e conclusão do plano até julho de [2029].	Inventários, relatórios técnicos, pedidos de intervenção, registos de manutenção.

A requalificação das infraestruturas não é apenas uma necessidade funcional: é um imperativo ético e pedagógico. Um ambiente escolar confortável, saudável e energeticamente eficiente é condição de bem-estar para alunos e profissionais, e constitui, em si mesmo, uma mensagem educativa sobre os valores de sustentabilidade que este Projeto Educativo defende.

4.3. Eixo 2: Prestação do Serviço Educativo

A prestação de um serviço educativo de qualidade é a razão de ser de qualquer escola. A escola que o Agrupamento de Escolas Coelho e Castro se propõe ser é uma escola onde todos os alunos aprendem, onde a diferença é acolhida como riqueza e onde a inovação pedagógica não é um luxo, mas uma responsabilidade. Nóvoa (2009) lembra que a educação de qualidade pressupõe professores que ensinam com rigor e com afeto, que conhecem os seus alunos e que constroem com eles percursos de aprendizagem com sentido e com propósito.

A diversificação das práticas pedagógicas, a integração das tecnologias digitais e o desenvolvimento das competências socioemocionais são hoje imperativos incontornáveis. Como sublinham Rodrigues e Vieira (2022), o trabalho colaborativo entre docentes e a articulação curricular entre ciclos são condições fundamentais para que os alunos experienciem a sua escolaridade como um percurso coerente e progressivo, e não como uma sucessão de episódios desconexos. Neste seguimento, constituem-se como objetivos:

- Elevar a literacia linguística e a literacia matemática em todos os ciclos de ensino, através de metodologias pedagógicas diferenciadas, contextualizadas e orientadas para a aprendizagem com significado.
- Ajustar e diversificar a oferta formativa ao contexto local, respondendo com flexibilidade e criatividade às necessidades e expectativas dos alunos e das famílias.
- Integrar as tecnologias digitais nas práticas e nos espaços de aprendizagem, potenciando a diferenciação pedagógica, a autonomia dos alunos e a colaboração entre docentes.
- Desenvolver as competências socioemocionais e a cidadania ativa, preparando os alunos para uma participação responsável, crítica e solidária na sociedade.
- Reforçar a articulação curricular e simplificar a avaliação, valorizando a autoavaliação como instrumento de regulação das aprendizagens e de desenvolvimento da autonomia dos alunos.

A escola que se pretende construir é, nas palavras de Alarcão (2001), uma escola que pensa sobre si própria, que aprende com os seus erros e que celebra os seus sucessos, não como ponto de chegada, mas como impulso para continuar a crescer. O serviço educativo de excelência não é compatível com a rotina e a uniformidade: exige coragem pedagógica, abertura à inovação e um profundo respeito pela singularidade de cada aluno.

Domínio B: Sucesso educativo e inovação pedagógica

Objetivo	Meta	Indicador	Linha de base	Valor-alvo	Responsáveis	Prazo	Fonte de verificação
B1, Elevar os níveis de literacia linguística e literacia matemática em todos os ciclos.	Melhorar, de forma sustentada, os resultados internos e externos nas áreas de Português e Matemática, com especial incidência nos anos de maior fragilidade diagnosticada.	Taxas de sucesso a Português e Matemática; médias internas; resultados em provas externas; percentagem de alunos com níveis positivos.	Médias internas: 1.º ciclo 3,78–4,05 (1S 2025-26); 2.º/3.º ciclo 3,55–3,87 (1S 2025-26); 10.º-12.º: 13,51–15,27 (1S 2025-26)	Manutenção ou melhoria ligeira das médias internas em todos os ciclos; resultados sustentados acima da média nacional para contexto socioeconómico semelhante	Conselho pedagógico, departamentos curriculares, coordenadores de ciclo, docentes titulares e diretores de turma.	Monitorização por período/semestre; balanço anual; consolidação até julho de [2029].	Pautas, relatórios de avaliação, resultados externos, atas de departamento.

Objetivo	Meta	Indicador	Linha de base	Valor-alvo	Responsáveis	Prazo	Fonte de verificação
B2,Reforçar a articulação curricular, a avaliação pedagógica e a autoavaliação das aprendizagens.	Consolidar, até ao final do quadriénio, práticas regulares de articulação vertical e horizontal, simplificação dos instrumentos de avaliação e reforço da autoavaliação dos alunos.	Número de reuniões de articulação realizadas; percentagem de turmas com práticas de autoavaliação documentadas; existência de referenciais e instrumentos comuns.	Articulação vertical funcional em Português e Matemática; práticas de autoavaliação não sistematizadas transversalmente (2024-25)	Generalização progressiva das reuniões de articulação documentadas; crescimento gradual das turmas com práticas de autoavaliação registadas	Conselho pedagógico, departamentos curriculares, coordenadores de diretores de turma.	Monitorização semestral; consolidação até julho de [2029].	Atas, planificações, instrumentos de avaliação, relatórios pedagógicos.
B3,Integrar as tecnologias digitais nas práticas pedagógicas e organizacionais .	Generalizar, no quadriénio, o uso pedagógico e organizacional de ferramentas digitais em contextos de sala de aula, colaboração e comunicação interna, com formação adequada dos profissionais.	Percentagem de docentes que utilizam ferramentas digitais nas práticas letivas; número de ações de formação realizadas; percentagem de turmas abrangidas; grau de satisfação dos utilizadores.	Uso pedagógico de ferramentas digitais não monitorizado sistematicamente; limitações de infraestrutura identificadas (2024-25)	Crescimento gradual do uso de ferramentas digitais nas práticas letivas; pelo menos uma ação de formação em competências digitais por ano letivo	Diretor, equipa PADDE/equipa TIC, CFAE, conselho pedagógico.	Monitorização anual; consolidação até julho de [2029].	Registos de formação, inquéritos, relatórios de projeto, evidências pedagógicas.
B4,Desenvolver competências socioemocionais, de cidadania ativa e de inclusão.	Reforçar, ao longo do quadriénio, as medidas e projetos de promoção do bem-estar, da cidadania, da inclusão e da participação dos alunos.	Número de iniciativas realizadas; taxa de participação dos alunos; número de medidas de apoio implementadas ; perceção de bem-estar e pertença escolar.	Projetos de cidadania, saúde e bem-estar em funcionamento ; monitorização da participação não sistematizada (2024-25)	Manutenção e eventual alargamento das iniciativas de bem-estar, cidadania e inclusão; perceção de pertença escolar positiva nos questionários anuais	Direção, EMAEI, SPO, diretores de turma, coordenadores de projetos e clubes.	Monitorização anual; consolidação até julho de [2029].	Relatórios de projeto, registos de participação, questionários, atas.
B5,Ajustar e diversificar a oferta formativa ao contexto local e às expectativas dos alunos.	Adequar, no quadriénio, a oferta educativa e formativa às características do território, às necessidades dos alunos e às oportunidades de prosseguimento de estudos e inserção profissional.	Número de cursos/turmas ajustados; taxa de procura da oferta; taxa de conclusão; grau de satisfação dos alunos e parceiros.	Oferta atual: Artes Visuais, Ciências Socioeconómicas, Ciências e Tecnologias, Línguas e Humanidades, cursos profissionais e EFA.	Revisão anual da oferta com auscultação a parceiros e alunos; ajustamento pontual sempre que os dados de procura ou empregabilidade o justifiquem	Diretor, conselho pedagógico, SPO, parceiros locais.	Revisão anual da oferta; avaliação final até julho de [2029].	Dados de matrícula, relatórios de curso, auscultação a parceiros e alunos.
B6, Proporcionar	Criar ao longo dos diversos	Atividades de exploração	Intervenção já realizada no 7.º,	Acréscimo gradual de	Docentes titulares,	Monitorização por	Relatórios por ciclo.

Objetivo	Meta	Indicador	Linha de base	Valor-alvo	Responsáveis	Prazo	Fonte de verificação
intervenções de Desenvolvimento da Carreira ao longo de toda a escolaridade.	ciclos de escolaridade momentos de estímulo ao Desenvolvimento da Carreira, na exploração e conhecimento do mundo das profissões e da educação/formação, bem como na gestão do percurso enquanto aluno(a).	direta e indireta do mundo do trabalho, das profissões e da educação/formação proporcionadas aos alunos; intervenções de capacitação dos alunos para a gestão do seu percurso escolar.	9.º ano e ao longo do Secundário, no domínio da orientação escolar e profissional. Algumas ações no 1.º ciclo.	atividades com diferentes alunos/ciclos-alvo, além da linha de base.	diretores de turma, SPO.	período/semestre; balanço anual; consolidação até julho de [2029].	

4.4. Eixo 3: Resultados

Os resultados escolares são, simultaneamente, o reflexo das condições criadas pela escola e o espelho das oportunidades de desenvolvimento proporcionadas a cada aluno. Há uma preocupação com os resultados escolares e com as medidas de combate ao insucesso e, por outro lado, uma valorização do mérito e do esforço de cada aluno. Como defende Barroso e Carvalho (2010), a escola justa não é a que trata todos da mesma forma, mas a que dá a cada um o que precisa para alcançar o melhor de si próprio. O Agrupamento assume o compromisso de monitorizar regularmente os resultados, de interpretar com rigor e humildade o que eles revelam e de implementar, com determinação, as medidas de melhoria que se impõem. Como recorda Costa (2019), uma escola que se preocupa verdadeiramente com os seus alunos não se conforma com o insucesso: procura compreendê-lo, combatê-lo e transformá-lo em oportunidade de crescimento.

O abandono escolar, a indisciplina e a desmotivação são fenómenos complexos que exigem respostas igualmente complexas, respostas que articulem o apoio académico com o suporte emocional, a exigência com a compreensão e a responsabilização com o acolhimento. Vieira (2015) sublinha que o envolvimento das famílias é um dos fatores mais poderosos na prevenção do abandono e na promoção do sucesso escolar, razão pela qual este objetivo ocupa um lugar central no presente eixo. Neste sentido, constituem-se como objetivos:

- Melhorar e potenciar os resultados escolares em todos os ciclos, através da monitorização regular das aprendizagens, de apoios diferenciados e de uma cultura de elevadas expectativas para todos os alunos, assim como da mobilização de respostas educativas ajustadas às necessidades de aprendizagem de todos os alunos.
- Reduzir a indisciplina e promover um clima de escola positivo, criando um ambiente harmonioso, seguro e propício ao desenvolvimento integral dos alunos.
- Prevenir o abandono escolar e assegurar percursos de sucesso para todos, com especial atenção aos alunos em maior situação de vulnerabilidade académica, social ou emocional.
- Acompanhar os percursos de ex-alunos e valorizar o mérito, reforçando a identidade institucional do Agrupamento e inspirando os atuais estudantes.
- Fortalecer a imagem do Agrupamento junto da comunidade, consolidando a sua posição como referência educativa no território de Santa Maria da Feira.

Domínio C: Resultados escolares e clima organizacional

Objetivo	Meta	Indicador	Linha de base	Valor-alvo	Responsáveis	Prazo	Fonte de verificação
C1,Melhorar de forma sustentada os resultados escolares dos alunos.	Aumentar, até ao final do quadriénio, as taxas de transição e conclusão e reduzir as taxas de retenção nos anos, turmas e percursos identificados como críticos.	Taxas de transição, retenção e conclusão; percentagem de módulos concluídos; percentagem de alunos com sucesso pleno.	Meta 1 (sucesso pleno, 1S 2025-26): 1.º-4.º ano: 87,8–99%; 5.º-6.º ano: 87,8–88,1%; 7.º-9.º ano: 29,4–57,1%; 10.º-12.º ano: 53,1–76,1%. Meta 2 (risco efetivo): 7.º: 17,5%; 8.º: 15,1%; 9.º: 14,1%; 10.º: 14,9%	Meta 1: ver tabela de valores-alvo por ano (secção anterior). Meta 2: progressão anual na percentagem de alunos em risco efetivo que recupera até ao final do ano letivo, com o objetivo de atingir $\geq 70\%$ de recuperação até 2028-29	Diretor, conselho pedagógico, departamentos, diretores de turma, docentes, SPO.	Monitorização por período/semestre; avaliação anual; consolidação até julho de [2029].	Pautas, indicadores internos, relatórios de avaliação.
C2,Reduzir a indisciplina e promover um clima de escola positivo.	Reduzir, até ao final do quadriénio, o número de ocorrências disciplinares e reforçar os índices de perceção de segurança, respeito e bem-estar na escola.	Número de participações disciplinares; medidas corretivas e sancionatórias aplicadas; resultados de questionários de clima escolar; taxa de absentismo injustificado.	Comportament os disruptivos identificados como fragilidade nos relatórios de autoavaliação; número de participações disciplinares e clima escolar não monitorizados com instrumento padronizado (2024-25)	Tendência de redução das participações disciplinares ao longo do quadriénio; perceção de segurança e bem-estar globalmente positiva nos questionários anuais	Diretor, diretores de turma, SPO, EMAEI, equipas de mediação e estruturas de supervisão.	Monitorização mensal e trimestral; avaliação anual; consolidação até julho de [2029].	Registos disciplinares, relatórios internos, questionários, atas.
C3,Prevenir o abandono e assegurar percursos de sucesso para todos.	Reduzir, no quadriénio, as situações de risco de abandono, desistência e absentismo persistente, assegurando respostas atempadas e ajustadas aos perfis dos alunos.	Taxas de desistência e abandono; número de alunos sinalizados; percentagem de casos acompanhados com plano de intervenção; taxa de recuperação de assiduidade.	Taxa de abandono residual nos ciclos iniciais; absentismo persistente sinalizado pontualmente; sem sistema formal de monitorização de risco de abandono (2024-25)	Manutenção de taxa de abandono residual; generalização progressiva dos planos de acompanhamento para alunos com absentismo persistente	Direção, diretores de turma, EMAEI, SPO, equipa multidisciplinar, CPCJ e parceiros quando aplicável.	Monitorização contínua; relatório anual; consolidação até julho de [2029].	Registos de assiduidade, planos de acompanhamento, relatórios de intervenção.
C4,Acompanhar os percursos dos ex-alunos e valorizar o mérito.	Criar e consolidar, até ao final do quadriénio, um sistema regular de acompanhamento de ex-alunos e de	Percentagem de ex-alunos acompanhados; número de iniciativas de reconhecimento; dados de prosseguimento de estudos e	Sem sistema formal de acompanhamento de ex-alunos; iniciativas de valorização do mérito pontuais e não	Criação de um mecanismo de acompanhamento de ex-alunos ao longo do quadriénio; pelo menos uma iniciativa anual de	Direção, SPO, coordenadores de curso, diretores de turma, serviços administrativos.	Implementação até [final do 1.º ano do quadriénio]; consolidação até julho de [2029].	Bases de contacto, questionários, relatórios de curso, registos de distinções.

Objetivo	Meta	Indicador	Linha de base	Valor-alvo	Responsáveis	Prazo	Fonte de verificação
	valorização pública do mérito académico, profissional, cívico e artístico.	inserção profissional.	sistematizadas (2024-25)	reconhecimento do mérito			
C5, Fortalecer a imagem institucional do agrupamento junto da comunidade.	Reforçar, ao longo do quadriénio, a visibilidade do agrupamento, a divulgação das boas práticas e o reconhecimento público do seu trabalho educativo.	Número de notícias e comunicações institucionais; participação em eventos; grau de satisfação da comunidade; número de parcerias ativas.	Comunicação institucional existente mas não sistematizada; 7 parcerias ativas; visibilidade pública não monitorizada (2024-25)	Comunicação institucional mais regular e planeada; manutenção das parcerias existentes e abertura a novas sempre que pertinente	Diretor, equipa de comunicação, coordenadores de projetos, parceiros institucionais, SPO.	Monitorização anual; consolidação até julho de [2029].	Canais institucionais, relatórios, questionários, clipping interno.

4.5. Eixo 4: Capacidade de Autorregulação e Melhoria

Uma escola que se quer de referência não pode deixar de ser uma escola que se questiona. A capacidade de autorregulação e de melhoria contínua é, no fundo, a expressão institucional da mesma humildade intelectual que se pede aos alunos quando se lhes solicita que reflitam sobre as suas aprendizagens. Como afirma Morgado (2020), a autoavaliação escolar é um processo de aprendizagem organizacional que, para ser genuíno, tem de ser participado, transparente e consequente, ou seja, tem de conduzir a mudanças reais nas práticas e nas decisões.

A institucionalização de práticas de avaliação interna, a criação de canais de escuta ativa e a capacitação das equipas para analisar evidências e partilhar boas práticas são condições indispensáveis para que a melhoria não seja pontual e circunstancial, mas estrutural e sustentável. Alarcão e Roldão (2010) salientam que a qualidade educativa não se decreta nem se impõe: constrói-se, pacientemente, através de ciclos sucessivos de ação, reflexão e melhoria. Neste sentido, constituem-se como objetivos:

- Institucionalizar a autoavaliação contínua baseada em dados, promovendo uma cultura de avaliação que envolva todos os agentes educativos e que oriente as decisões estratégicas do Agrupamento.
- Garantir canais de escuta ativa e feedback construtivo, criando espaços regulares e seguros de diálogo e participação para docentes, alunos e encarregados de educação.
- Capacitar as equipas para analisar evidências e partilhar boas práticas, reforçando a colaboração profissional e a inovação pedagógica como traços identitários do Agrupamento.
- Assegurar a continuidade das melhorias com metas e responsáveis claros, garantindo que as ações implementadas produzem impacto real, duradouro e verificável.

A melhoria contínua não é um destino, é uma atitude. É a convicção de que há sempre algo que pode ser feito melhor, de que nenhuma prática é tão boa que não beneficie de reflexão, e de que o maior desperdício numa escola é a experiência que não é partilhada. Este eixo é, portanto, a garantia de que o Agrupamento de Escolas

Coelho e Castro não se acomoda nos seus pontos fortes, mas os usa como plataforma de lançamento para novos horizontes de qualidade e excelência educativa.

Domínio D: Autoavaliação e melhoria contínua

Objetivo	Meta	Indicador	Linha de base	Valor-alvo	Responsáveis	Prazo	Fonte de verificação
D1, Institucionalizar a autoavaliação contínua baseada em dados.	Garantir, em cada ano letivo do quadriénio, a produção de informação fiável, comparável e útil à tomada de decisão, abrangendo resultados escolares, clima organizacional, participação e execução das medidas previstas.	Existência de relatórios anuais; número de indicadores monitorizados; percentagem de medidas acompanhadas; grau de execução do plano de melhoria.	Relatórios de autoavaliação produzidos anualmente; instrumentos de monitorização existentes mas não totalmente integrados num sistema coerente (2024-25)	Relatório de autoavaliação anual produzido com regularidade; aumento gradual dos indicadores monitorizados e das medidas do plano de melhoria efetivamente acompanhadas	Equipa de autoavaliação, direção, conselho pedagógico.	Recolha trimestral; relatório anual; avaliação final em julho de [2029].	Relatórios de autoavaliação, dashboards internos, atas, planos de melhoria.
D2, Garantir canais regulares de escuta ativa e feedback construtivo.	Implementar, no quadriénio, mecanismos regulares de auscultação dirigidos a alunos, famílias, trabalhadores e parceiros, assegurando a utilização dos resultados na melhoria das decisões e práticas.	Número de dispositivos de auscultação aplicados; taxa de resposta; número de medidas decorrentes dos resultados obtidos.	Auscultação pontual a alunos e famílias; sem dispositivos regulares e padronizados de feedback a todos os agentes educativos (2024-25)	Pelo menos um dispositivo de auscultação por ano dirigido a cada grupo; utilização dos resultados para informar decisões e medidas concretas	Direção, equipa de autoavaliação, SPO, coordenadores de estabelecimento e diretores de turma.	Aplicação anual; análise semestral; consolidação até julho de [2029].	Questionários, relatórios de auscultação, atas, planos de ação.
D3, Capacitar equipas para analisar evidências e disseminar boas práticas.	Reforçar, ao longo do quadriénio, a capacidade das equipas pedagógicas e organizacionais para interpretar indicadores, identificar áreas críticas e partilhar práticas com impacto positivo.	Número de sessões de trabalho realizadas; número de práticas partilhadas; participação de docentes e não docentes em ações de formação ligadas à análise de dados e melhoria.	Formação contínua existente mas sem plano estruturado alinhado com as necessidades do PE; partilha de boas práticas informal (2024-25)	Plano de formação progressivamente alinhado com as prioridades do PE; pelo menos uma sessão de partilha de boas práticas por ano letivo	Direção, conselho pedagógico, equipa de autoavaliação, CFAE.	Monitorização anual; consolidação até julho de [2029].	Planos de formação, atas, relatórios de partilha, evidências de disseminação.
D4, Assegurar a continuidade das melhorias introduzidas, com metas verificáveis e	Garantir que todas as ações estratégicas do Projeto Educativo disponham, em cada ano letivo,	Percentagem de ações com responsável atribuído; percentagem de ações com evidência de	Plano de melhoria existente; responsáveis identificados; grau de execução não	Progressão na formalização das ações do plano de melhoria com responsável, prazo e	Diretor, conselho pedagógico, coordenadores intermédios, equipa de autoavaliação.	Verificação anual; consolidação plena até julho de [2029].	Planos operacionais, atas, relatórios anuais, grelhas de monitorização.

Objetivo	Meta	Indicador	Linha de base	Valor-alvo	Responsáveis	Prazo	Fonte de verificação
responsáveis definidos.	de metas verificáveis, responsáveis identificados e mecanismos de acompanhamento formalizados.	monitorização; taxa de execução anual das medidas previstas.	monitorizado formalmente com metas e prazos (2024-25)	indicador; relatório de execução anual com tendência para periodicidade semestral			

4.6. Síntese e Compromisso

Os quatro eixos e os dezanove objetivos estratégicos aqui enunciados não existem como compartimentos estanques: articulam-se, complementam-se e reforçam-se mutuamente numa lógica sistémica e integradora. Uma liderança forte cria as condições para um serviço educativo de qualidade; um serviço educativo de qualidade produz melhores resultados; melhores resultados, quando analisados com rigor e partilhados com transparência, alimentam a capacidade de autorregulação e melhoria, que, por sua vez, fortalece a liderança. É este ciclo virtuoso que o Projeto Educativo “Abraçar e Educar” se propõe consolidar ao longo do período 2025–2029.

Como escreve Nóvoa (2009), as escolas que fazem a diferença são aquelas em que todos, professores, funcionários, alunos e famílias, se sentem responsáveis pelo sucesso de todos. É com essa responsabilidade partilhada, e com a certeza de que cada criança e cada jovem merecem o melhor que somos capazes de oferecer, que o Agrupamento de Escolas Coelho e Castro assume estes objetivos como compromissos coletivos, irrenunciáveis e orientadores de toda a ação educativa para os próximos quatro anos.

4.7. Procedimentos de acompanhamento

A monitorização do presente quadro será realizada em três níveis:

- monitorização periódica, ao longo de cada semestre letivo, pelas estruturas responsáveis pela execução;
- balanço semestral, em conselho pedagógico, com análise dos indicadores disponíveis e das medidas corretivas a introduzir;
- avaliação anual, apresentada ao conselho geral, integrando o grau de execução das metas, os constrangimentos identificados e as propostas de ajustamento a introduzir no Plano Anual de Atividades e nos dispositivos de melhoria interna.

4.8. Revisão das metas

As metas constantes do presente capítulo poderão ser objeto de ajustamento anual, com fundamento em evidência recolhida no âmbito da monitorização e da autoavaliação, sem prejuízo da estabilidade das linhas estratégicas do Projeto Educativo e do seu horizonte de vigência. A revisão das metas deve ser devidamente fundamentada, aprovada pelos órgãos competentes e refletida nos instrumentos anuais de planeamento e regulação interna.

5. A Escola na Era da Inteligência Artificial

A irrupção da Inteligência Artificial (IA) generativa constitui uma das transformações mais profundas que a educação alguma vez enfrentou. Comparada por muitos à invenção da imprensa na sua magnitude disruptiva, esta tecnologia não é apenas uma nova ferramenta digital, reconfigura as relações entre o conhecimento, a aprendizagem e o trabalho de professores e alunos. Como observa Paulo Nuno Vicente (2023), membro do grupo de peritos do Conselho da Europa sobre Inteligência Artificial e Educação, vivemos numa época em que é urgente “alargar e densificar o debate cívico informado sobre as tecnologias de Inteligência Artificial”, muito especialmente no domínio da educação, um domínio particularmente sensível. O Agrupamento de Escolas Coelho e Castro acolhe esse imperativo e assume-o como responsabilidade coletiva.

A posição do AECC não é a da tecnofobia nem a do deslumbramento acrítico. É a de uma integração ética, crítica e pedagogicamente intencional. Como defende Jorge Rio Cardoso (2025), no seu guia para professores, pais e alunos, “a inteligência artificial já está na sala de aula, e ignorá-la não é uma opção”. Mas tão importante quanto reconhecer o seu potencial é não esquecer o aviso do mesmo autor: o risco não está na ferramenta, está no uso que dela se fizer. O desafio é humanizar a IA, não automatizar a humanidade. O presente capítulo apresenta o enquadramento conceptual e as pistas estratégicas que orientarão a abordagem do AECC à IA ao longo do quadriénio 2025–2029, em alinhamento com a Estratégia Nacional de Inteligência Artificial, Al Portugal 2030.

5.1. Desafios éticos e pedagógicos

A disponibilidade de ferramentas capazes de gerar textos coerentes, responder a questões factuais e simular raciocínios complexos coloca à escola um primeiro e premente desafio: o da integridade académica. O plágio automatizado é a expressão mais visível desse desafio, mas o mais profundo é outro: o risco de uma progressiva externalização do pensamento, em que o aluno delega na máquina o esforço cognitivo que é afinal o substrato da aprendizagem. Rio Cardoso (2025) alerta que os riscos da IA na educação incluem “o uso inadequado, por exemplo, plágio ou dependência tecnológica”, sendo por isso essencial que o sistema educativo se prepare com regulação clara, formação contínua e uma abordagem ética da tecnologia.

O segundo desafio é o da equidade. Paulo Nuno Vicente (2023) sublinha que a proliferação algorítmica coloca questões fundamentais de acesso, privação de dados e desigualdade social: nem todos os alunos têm acesso idêntico às ferramentas de IA, e uma digitalização sem políticas robustas de equidade pode aprofundar as assimetrias existentes em vez de as atenuar. Para o AECC, que serve uma população diversa nos planos socioeconómico e cultural, esta advertência tem implicações concretas: qualquer utilização de ferramentas de IA tem de ser pensada de modo a não criar ou agravar diferenças entre alunos com acesso privilegiado e alunos sem recursos.

A proteção dos dados dos alunos constitui um terceiro desafio crítico. A utilização irresponsável de plataformas públicas de IA pode expor informação sensível de menores em violação do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) e das orientações da UNESCO (2023), que recomendam expressamente a proteção obrigatória dos dados de privacidade. Finalmente, a IA obriga a repensar o próprio conceito de avaliação. Num mundo onde a resposta factual está disponível instantaneamente, avaliações centradas na recuperação de informação perdem parte do seu sentido formativo. Como defende Roldão (1999, 2007), a avaliação deve medir aquilo que realmente importa aprender, e o que importa aprender, neste contexto, é

cada vez mais a capacidade de questionar, de comparar fontes, de raciocinar com incerteza e de construir significado próprio.

5.2. Potencialidades: o que a IA pode fazer pela escola

A abordagem crítica não significa subestimar o que a IA pode genuinamente oferecer à educação. Rio Cardoso (2025) documenta um conjunto expressivo de aplicações concretas que merecem exploração cuidadosa: desde a personalização da aprendizagem e o apoio ao trabalho docente, até à identificação precoce de dificuldades e à automatização de tarefas administrativas que consomem tempo pedagógico. Ferramentas como o ChatGPT, Khan Academy ou DreamBox estão a transformar a forma como os conteúdos são apresentados e adaptados às necessidades individuais dos alunos.

A IA e a Fluência Leitora

Uma das aplicações mais promissoras e melhor sustentadas pela investigação é o apoio à **Fluência Leitora** nos ciclos iniciais. A fluidez leitora, ler com precisão, velocidade e expressão adequada, é uma competência-chave que condiciona fortemente a compreensão leitora e, por consequência, o sucesso escolar em todas as áreas do currículo. A literacia, como núcleo da missão da escola, é também uma das prioridades explícitas do presente Projeto Educativo.

Os sistemas de reconhecimento de voz alimentados por IA oferecem hoje uma capacidade impensável há uma década: ouvir um aluno ler em voz alta e devolver-lhe, em tempo real, feedback personalizado sobre a sua pronúncia, ritmo e expressão. A investigação internacional documenta ganhos significativos de decifração e fluidez com estas ferramentas, com resultados particularmente expressivos nos alunos de menor desempenho, exatamente os que mais preocupam o AECC. Plataformas de narrativa digital baseadas em IA oferecem igualmente novas possibilidades para a literacia emergente, estimulando a imaginação e reforçando as conexões entre linguagem oral e escrita. Para o AECC, estas evidências abrem uma pista concreta: a utilização exploratória, supervisionada e pedagogicamente enquadrada de ferramentas de reconhecimento de voz no apoio à leitura oral nos primeiros anos. A IA não substitui o professor, que permanece insubstituível na condução do processo e na relação afetiva com o aluno, mas pode ampliar significativamente as oportunidades de prática individualizada.

Diferenciação pedagógica e inclusão

A diferenciação pedagógica, responder efetivamente à diversidade de ritmos e pontos de partida de cada aluno, é uma das maiores aspirações e um dos maiores desafios da escola inclusiva. Rio Cardoso (2025) destaca como a IA permite ao professor planear melhor, criar materiais didáticos adaptados, automatizar avaliações e identificar precocemente dificuldades de aprendizagem. No domínio da inclusão, ferramentas de acessibilidade baseadas em IA, leitores de ecrã, reconhecimento de fala, simplificadores automáticos de texto, legendagem em tempo real, abrem possibilidades concretas para os alunos do AECC com necessidades específicas de aprendizagem, reduzindo o tempo que o professor investe na adaptação manual de documentos e libertando-o para a interação direta com cada aluno.

Apoio à gestão e à decisão organizacional

Além das aplicações pedagógicas, a IA pode apoiar a gestão organizacional do agrupamento: desde a análise de dados de desempenho para identificação precoce de alunos em risco, articulando-se com as metas

definidas no capítulo 5, até ao apoio na elaboração de horários, na gestão de substituições e na produção de relatórios. A redução da burocracia administrativa, identificada no diagnóstico do AECC como uma das suas principais fragilidades, é um domínio onde a IA pode ter impacto imediato e significativo.

5.3. Pistas estratégicas para o quadriénio 2025–2029

O AECC não pretende ser um agrupamento de ponta tecnológica: pretende ser um agrupamento que usa a tecnologia ao serviço de fins educativos claros, com responsabilidade e discernimento. As quatro pistas que se apresentam não são um plano fechado, são orientações abertas, passíveis de ajustamento à medida que o próprio campo da IA evolui e que a comunidade educativa ganha experiência e reflexão. A estratégia adotada está alinhada com a AI Portugal 2030, que integra a educação para a IA no currículo e promove a literacia digital como preparação das gerações futuras para um mundo crescentemente orientado pela IA.

A. Uso ético e transparente: um guião para a comunidade escolar

A primeira tarefa é a da clarificação. O AECC pretende desenvolver, em processo participado com docentes, alunos e famílias, um “Guia de Uso Ético da IA na Comunidade Escolar” que defina de forma acessível os usos considerados legítimos, os que requerem declaração explícita, e os que são incompatíveis com os princípios do agrupamento. Este documento, alinhado com as orientações da UNESCO (2023) e com o Regulamento Europeu de IA, deverá ser revisto anualmente. A transparência, a obrigatoriedade de declarar o uso de ferramentas de IA em trabalhos académicos, não visa punir, mas normalizar uma cultura de honestidade intelectual que a escola tem a responsabilidade de cultivar. Como defende Paulo Nuno Vicente (2023), a “apropriação cívica” da IA não pode ser deixada ao acaso, exige educação, debate e regras partilhadas.

B. Transformação das práticas de avaliação

A IA obriga a repensar a avaliação, o domínio onde a pressão se faz sentir de forma mais imediata. O AECC promoverá uma transição gradual de uma avaliação centrada no produto, o trabalho escrito entregue fora da sala, vulnerável à geração automática, para uma avaliação que valoriza o processo, a presença e o raciocínio partilhado: a defesa oral, o portefólio reflexivo, a produção supervisionada. Em alinhamento com o que Roldão (2007) defende sobre o trabalho colaborativo docente como condição de qualidade, as tarefas de avaliação deverão ser redesenhadas coletivamente para exigir aquilo que a IA ainda não faz bem: a análise crítica de fontes contraditórias, a reflexão pessoal ancorada na experiência vivida, o argumento sustentado na incerteza. Os alunos poderão inclusivamente ser desafiados a “corrigir a IA” identificar os seus erros e questionar os seus pressupostos, como exercício de pensamento crítico de alto nível.

C. Capacitação de docentes e literacia digital dos alunos

Nenhuma transformação pedagógica sustentável ocorre sem investimento na formação das pessoas. O diagnóstico nacional é claro: de acordo com a Direção-Geral da Educação (2024), num estudo que avaliou mais de 99 000 professores portugueses, apenas 9% evidenciaram proficiência digital avançada. A simples disponibilização de plataformas não se traduz em inovação educativa sem que a literacia digital dos agentes de ensino seja simultaneamente fortalecida. O AECC pretende, em articulação com o Centro de Formação das Terras de Santa Maria e no âmbito do Plano de Ação de Desenvolvimento Digital de Escola (PADDE), promover um percurso de formação docente sobre IA que não se limite à demonstração de ferramentas, mas aborde a ética, o viés algorítmico e as implicações pedagógicas da IA para cada ciclo e disciplina.

Para os alunos, a literacia em IA deverá ser integrada nas disciplinas de TIC e de Cidadania e Desenvolvimento, com módulos sobre o funcionamento dos sistemas de IA, os seus riscos, deepfakes, desinformação, manipulação, e as suas potencialidades para o percurso profissional futuro. Como nota Paulo Nuno Vicente (2023), vivemos numa era em que é inadmissível um “desconhecimento generalizado” sobre o que é um algoritmo e o seu impacto nos vários domínios da vida, e a escola tem a responsabilidade de corrigir esse deficit de literacia cívica.

D. Exploração supervisionada e partilha de experiências

A quarta pista é a da experiência partilhada. O AECC reconhece que não é possível planear tudo por antecipar num campo que se transforma a um ritmo sem precedentes. Por isso, a abordagem será a da exploração supervisionada: incentivo a projetos piloto de integração da IA nas práticas letivas, com objetivos claros, monitorização dos resultados e partilha interna das experiências, boas e menos boas. A IA deve ser tratada como qualquer outro recurso pedagógico: sujeita ao mesmo crivo de intenção, adequação e eficácia. Como defende Rio Cardoso (2025), a tecnologia deve complementar a interação humana, não substituí-la. O professor permanece o agente central do processo educativo, e a profissão docente só será enriquecida pela IA se esta for utilizada com reflexão e autonomia pedagógica.

5.4. A IA como questão da comunidade

A inteligência artificial não é uma questão apenas técnica ou pedagógica: é uma questão cultural, ética e política que envolve toda a comunidade. O AECC entende que a resposta à IA deve ser construída coletivamente, com a participação de professores, alunos, famílias e parceiros. Paulo Nuno Vicente (2023) recorda que “a proliferação algorítmica não pode dispensar uma apropriação cívica”, e que esta apropriação é tanto mais necessária quanto mais a IA penetra em áreas tão sensíveis como a classificação escolar, a gestão de recursos humanos ou a tomada de decisão educativa. A escola é um dos espaços mais importantes onde essa cívica pode e deve acontecer.

O AECC não pretende ter respostas definitivas sobre a IA. Pretende ter as perguntas certas, a coragem de as colocar em conjunto e a humildade de aprender ao longo do caminho. Tal como a máquina de calcular não anulou a matemática mas permitiu cálculos mais avançados, a IA pode libertar tempo para que alunos e professores se concentrem em tarefas cognitivamente mais exigentes. A criatividade, o pensamento crítico e o juízo ético continuarão a ser domínios insubstituíveis da humanidade, e é precisamente aí que a escola do século XXI tem de apostar com mais determinação (Rio Cardoso, 2025).

6. Plano de Ação

6.1. Ações por eixo estratégico

O plano de ação do agrupamento organiza-se em torno de quatro domínios de intervenção interdependentes, em coerência com o Projeto Educativo e com os objetivos operacionais assumidos no Plano Anual de Atividades: liderança e governação, sucesso educativo e inovação pedagógica, resultados escolares e clima organizacional, autoavaliação e melhoria contínua. Esta matriz de ação assegura a articulação entre a

orientação estratégica do agrupamento e a execução anual das medidas pedagógicas, organizacionais e relacionais.

Para maior clareza de leitura e de operacionalização, os objetivos articulados com o Plano Anual de Atividades sintetizam-se no quadro seguinte.

Quadro 1 – Síntese dos objetivos operacionais articulados com o Plano Anual de Atividades

Domínio estratégico	Objetivo operacional
Liderança e governação	Aproximar a liderança das escolas e serviços.
	Rever e aprovar o Projeto Educativo com participação alargada.
	Uniformizar e digitalizar os procedimentos administrativos.
	Reforçar as parcerias e a participação das associações de pais, dos estudantes e dos trabalhadores.
	Melhorar as condições físicas dos estabelecimentos e a infraestrutura digital.
Sucesso educativo e inovação pedagógica	Elevar a literacia linguística e a literacia matemática em todos os ciclos.
	Ajustar e diversificar a oferta formativa ao contexto local.
	Integrar as tecnologias digitais nas práticas e nos espaços de aprendizagem.
	Desenvolver competências socioemocionais e promover a cidadania ativa.
	Reforçar a articulação curricular e simplificar a avaliação, valorizando a autoavaliação.
Resultados escolares e clima organizacional	Melhorar de forma sustentada os resultados escolares.
	Reduzir a indisciplina e promover um clima de escola positivo.
	Prevenir o abandono e assegurar percursos de sucesso para todos.
	Acompanhar os percursos dos ex-alunos e valorizar o mérito.
	Fortalecer a imagem do agrupamento junto da comunidade.
Autoavaliação e melhoria contínua	Institucionalizar a autoavaliação contínua baseada em dados.
	Garantir canais de escuta ativa e de feedback construtivo.
	Capacitar equipas para analisar evidências e partilhar boas práticas.

Domínio estratégico	Objetivo operacional
	Assegurar a continuidade das melhorias com metas e responsáveis claros.

No domínio da liderança e governação, as ações incidem na aproximação da liderança às escolas e aos serviços, na consolidação de circuitos de decisão mais próximos e funcionais, na revisão participada do Projeto Educativo, na uniformização e digitalização dos procedimentos administrativos e no reforço da articulação com as associações de pais, estudantes e trabalhadores. Integra-se neste mesmo domínio a melhoria gradual das condições físicas dos estabelecimentos e da infraestrutura digital, enquanto condição de qualidade organizacional e pedagógica.

No domínio do sucesso educativo e da inovação pedagógica, o agrupamento prioriza a elevação da literacia linguística e a literacia matemática em todos os ciclos, o ajustamento e a diversificação da oferta formativa em função do contexto local, a integração qualificada das tecnologias digitais nas práticas letivas e nos espaços de aprendizagem, o desenvolvimento de competências socioemocionais e de cidadania ativa e o reforço da articulação curricular vertical e horizontal. Neste quadro, a simplificação dos processos de avaliação e a valorização da autoavaliação assumem-se como instrumentos de regulação das aprendizagens.

No domínio dos resultados escolares e do clima organizacional, as medidas orientam-se para a melhoria sustentada do desempenho académico, a prevenção do abandono, a redução da indisciplina e a promoção de um clima de escola positivo, seguro e exigente. A valorização do mérito, o acompanhamento dos percursos dos ex-alunos e o fortalecimento da imagem do agrupamento junto da comunidade integram igualmente este eixo, na medida em que reforçam a confiança institucional, a identificação dos alunos com a escola e a visibilidade social dos seus resultados. No domínio da autoavaliação e da melhoria contínua, o agrupamento promoverá processos regulares de análise de dados, canais de escuta ativa e de feedback construtivo, capacitação das equipas para leitura de evidências e partilha de boas práticas e mecanismos de acompanhamento que assegurem metas claras, responsáveis identificados e continuidade das melhorias.

6.2. A oferta educativa do Agrupamento

O Agrupamento de Escolas Coelho e Castro desenvolve uma oferta educativa ampla e integrada, orientada para o desenvolvimento integral dos alunos em todas as dimensões do crescimento pessoal, académico e cívico. A presente secção apresenta, de forma estruturada, as principais vertentes dessa oferta, que abrange a educação pré-escolar, os ensinos básico e secundário, a educação de adultos e um conjunto diversificado de projetos e parcerias, articulados com os objetivos estratégicos do Projeto Educativo 2025-2029.

O AECC é uma escola que não se limita a instruir: acompanha o desenvolvimento integral de cada aluno, desde a educação pré-escolar até à conclusão do ensino secundário, num ambiente exigente, inclusivo e orientado para o sucesso de todos.

Agrupamento de Escolas Coelho e Castro | Fiães, Santa Maria da Feira | Projeto Educativo 2025-2029

DIMENSÕES DA OFERTA EDUCATIVA

<p>Aprender com sentido</p> <p>Literacia linguística, literacia matemática e pensamento crítico em todos os ciclos, com metodologias ativas e forte articulação entre anos e disciplinas, numa abordagem curricular articulada e contextualizada.</p> <p><i>Português e Matemática · Diferenciação pedagógica · Articulação vertical · SPO · Biblioteca Escolar</i></p>	<p>Crescer com saúde</p> <p>Programas de bem-estar físico e emocional, educação sexual, prevenção de comportamentos de risco e estruturas especializadas de acompanhamento e inclusão.</p> <p><i>Educação para a saúde · Competências emocionais · SPO e EMAEI</i></p>
<p>Participar e ser cidadão</p> <p>Assembleias de alunos, Jovem Autarca, Parlamento dos Jovens e projetos de literacia democrática e direitos humanos promovendo a participação ativa e a consciência cívica dos alunos.</p> <p><i>Jovem Autarca · Parlamento dos Jovens · Literacia mediática</i></p>	<p>Inovar e criar</p> <p>Ciência, tecnologia e artes através do Clube Ciência Viva, STEAM, realidade aumentada e projetos de expressão artística e teatral que estimulam a criatividade e o pensamento científico.</p> <p><i>Clube Ciência Viva · STEAM · FEST'ARTE · Teatro e artes</i></p>
<p>Cuidar do planeta</p> <p>Programa Eco-Escolas, horta pedagógica, reciclagem e projetos de sensibilização ecológica que envolvem toda a comunidade escolar e promovem a consciência ambiental.</p> <p><i>Eco-Escolas · Horta pedagógica · Educação ambiental</i></p>	<p>Preparar o futuro</p> <p>Orientação Vocacional e Educação para a Carreira ao longo do 3.º ciclo, Cursos Científico-Humanísticos e Cursos Profissionais, com forte empregabilidade, literacia financeira e liderança, com taxas de transição para o ensino superior consistentemente elevadas. Responsáveis: SPO, Diretores de Turma e Associação de Estudantes.</p> <p><i>Cursos profissionais · Literacia financeira · Liderança · Ensino superior</i></p>

PARCERIAS ESTRATÉGICAS DO AGRUPAMENTO (Escola em Rede)

O Agrupamento mantém protocolos e parcerias com entidades institucionais, associativas e empresariais que enriquecem a oferta educativa, reforçam a ligação ao território e ampliam as oportunidades de aprendizagem e de inserção dos alunos na comunidade:

Câmara Municipal de Santa Maria da Feira	Indaqua	Semear Talentos
Academia de Líderes Ubuntu	Junior Achievement Portugal	ISVouga
Universidade do Porto e/ou outras Instituições do Ensino Superior	Centro de Formação Terras de Santa Maria	Entidades de saúde locais
GNR / Escola Segura	Associação Ser + Pessoa	Adrave

O QUE OS NÚMEROS DIZEM

<p>81%</p> <p>dos alunos entram no ensino superior na 1.ª fase</p>	<p>≈0%</p> <p>taxa de retenção no 1.º e 2.º ciclo</p>	<p>acima</p> <p>da média nacional em todos os ciclos para contexto semelhante</p>	<p>6</p> <p>jardins de infância e escolas do 1.º ciclo em rede</p>
---	--	--	---

Fonte: Plataforma InfoESCOLAS (<https://infoescolas.medu.pt/>),

6.3. Estratégias específicas para:

Educação Pré-Escolar

Na educação pré-escolar, a ação educativa orienta-se para a criação de ambientes de aprendizagem seguros, inclusivos e estimulantes, em estreita articulação com as famílias e com o 1.º ciclo. As estratégias privilegiam o desenvolvimento global da criança, a socialização, a linguagem, a autonomia e a preparação progressiva para a escolaridade obrigatória.

1.º Ciclo

No 1.º ciclo, as estratégias centram-se na consolidação das literacias fundamentais, na prevenção precoce do insucesso, na articulação curricular e na deteção atempada de dificuldades de aprendizagem. Neste quadro, os apoios pedagógicos e os projetos de reforço das aprendizagens assumem importância acrescida, bem como a valorização de metodologias ativas e experimentais. Sublinham-se ainda o desenvolvimento de competências socioemocionais, reconhecendo o seu impacto na aprendizagem e no bem-estar dos alunos.

2.º e 3.º Ciclos

Nos 2.º e 3.º ciclos, as estratégias incidem na consolidação das aprendizagens, na diferenciação pedagógica, no acompanhamento tutorial, na promoção de métodos de estudo e na prevenção do agravamento do insucesso, particularmente em anos identificados como mais críticos, bem como na orientação vocacional e na educação para a carreira, preparando os alunos para as escolhas educativas e formativas no final do 3.º ciclo. A articulação entre departamentos e a monitorização dos resultados mantêm-se como instrumentos essenciais de regulação pedagógica.

Secundário

No ensino secundário, a intervenção orienta-se para a elevação do sucesso académico, a preparação para exames nacionais, o apoio à definição de percursos de prosseguimento de estudos e a consolidação de competências de autonomia, responsabilidade e pensamento crítico. O acompanhamento dos alunos em anos de entrada e de conclusão assume especial relevância, não descurando todo o percurso.

Cursos Profissionais

Nos cursos profissionais, a estratégia centra-se na valorização social e institucional destes percursos, na garantia de qualidade da formação, na aprendizagem em contexto real e no reforço da ligação às entidades parceiras e ao tecido económico, bem como no apoio aos alunos na aquisição não só de competências técnicas

mas também comportamentais e socioemocionais, tendentes ao seu sucesso académico e profissional. A monitorização dos percursos de conclusão e de empregabilidade constitui elemento central da melhoria contínua.

Ensino Noturno Recorrente

No ensino recorrente, a ação educativa privilegia a flexibilidade organizacional, a adequação aos percursos de vida dos adultos e a manutenção de condições que favoreçam a permanência, a conclusão e a valorização da qualificação escolar.

Cursos EFA

Nos cursos EFA, as estratégias incidem na valorização da aprendizagem ao longo da vida, no reconhecimento das experiências dos adultos, na articulação entre formação escolar e cidadania e na criação de dinâmicas que reforcem o vínculo dos formandos à comunidade educativa.

6.4. Articulação curricular vertical e horizontal

A articulação curricular constitui um eixo estruturante da ação do agrupamento. A documentação analisada evidencia a existência de mecanismos funcionais de articulação vertical entre ciclos, com especial incidência nas áreas de Português e Matemática, favorecendo a continuidade das aprendizagens, a coerência das práticas e a identificação de dificuldades de transição.

Paralelamente, a articulação horizontal é reforçada através de projetos interdisciplinares, da integração curricular de iniciativas de cidadania, ambiente, saúde, artes e tecnologia e do trabalho colaborativo entre docentes, permitindo uma abordagem mais integrada do currículo e uma melhor adequação às necessidades dos alunos.

Roldão (2007) argumenta que a colaboração docente, quando orientada para a análise partilhada dos resultados e para a inovação das práticas, constitui um dos fatores mais sólidos de melhoria da qualidade educativa. Esta perspetiva é corroborada por Leite, Gomes e Fernandes (2001), para quem a construção partilhada dos projetos curriculares de escola e de turma é condição de coerência pedagógica e de equidade no acesso à aprendizagem.

A transição do 1.º para o 2.º ciclo: estratégias de pertença e continuidade

A transição do 1.º para o 2.º ciclo representa um dos momentos de maior vulnerabilidade no percurso escolar dos alunos do agrupamento. Esta transição tem uma especificidade própria no AECC: os alunos provêm de quatro escolas do 1.º ciclo geograficamente dispersas, Caldelas, Avenida, Vendas Novas e Chão do Rio, e convergem, pela primeira vez, para a escola sede, um espaço de maiores dimensões, com nova organização de espaços, novos professores, turmas reconstruídas e uma lógica de funcionamento diferente. Esta transição não é apenas pedagógica: é também emocional, social e identitária.

Para mitigar o impacto desta mudança e promover um sentido de pertença precoce à escola sede, o agrupamento implementa um conjunto articulado de estratégias de transição. Em primeiro lugar, são organizadas visitas guiadas à escola sede no último semestre do 4.º ano de escolaridade, permitindo que os alunos conheçam os espaços, as rotinas e os recursos antes da sua chegada formal em setembro. Estas visitas

são acompanhadas por alunos do 5.º ano que exercem o papel de "embaixadores de escola", facilitando a criação de laços positivos entre os dois ciclos.

Em segundo lugar, promove-se a articulação entre os conselhos de docentes do 1.º ciclo e os conselhos de turma do 2.º ciclo, através de reuniões de transição no final do ano letivo, onde são partilhadas informações relevantes sobre os perfis de aprendizagem, as necessidades específicas e as potencialidades dos alunos. Esta partilha, estruturada em torno das áreas de Português e Matemática mas alargada a dimensões socio emocionais e comportamentais, permite que os diretores de turma do 5.º ano iniciem o ano letivo com um conhecimento contextualizado de cada aluno, evitando o recomeço do zero que frequentemente caracteriza as transições entre ciclos. Como defende Roldão (2007), a colaboração docente orientada para a análise dos percursos dos alunos é condição de qualidade e de equidade no acesso às aprendizagens.

Em terceiro lugar, os primeiros meses do 5.º ano são estruturados como um período de acolhimento ativo, com atividades de integração e conhecimento mútuo, tutoria de pares e um acompanhamento reforçado pelos serviços de psicologia e orientação (SPO), sobretudo para os alunos sinalizados como mais vulneráveis à mudança de ambiente. O objetivo é que, ao fim do 1.º semestre, todos os alunos se sintam parte integrante da comunidade da escola sede, não como recém-chegados, mas como membros plenos de uma escola que os conhece, os acolhe e acredita nas suas capacidades.

A transição do 3.º ciclo para o Secundário: estratégias de compromisso e adaptação

A transição do 3.º ciclo para o Ensino Secundário constitui um momento de desafio para os alunos, uma vez que implica a realização de uma escolha educativa e formativa, a adaptação a um ciclo de estudos mais exigente e com características diferentes e, em alguns casos, a mudança para uma nova escola. Os alunos provêm maioritariamente das EB23 de Lobão, Canedo, Lourosa, Argoncilhe e, mais residualmente, de Paços de Brandão, além dos próprios alunos do agrupamento. A esta exigência soma-se a adaptação a um novo grupo de colegas e professores.

Para apoiar os alunos no processo de escolha, tomada de decisão e posterior adaptação ao ensino secundário, o agrupamento adota um conjunto de estratégias que mobilizam recursos humanos e materiais. A realização anual da Escola Aberta, dirigida aos próprios alunos e aos das escolas EB23 da área de influência, dá a cada aluno a oportunidade de contactar com a apresentação de três dos oito cursos em funcionamento, com a presença de alunos e docentes do respetivo curso. A visita à Escola Aberta é organizada em articulação com as escolas EB23 e inclui ainda uma sessão ao final da tarde dirigida aos encarregados de educação.

A par da Escola Aberta, o agrupamento difunde informação sobre a oferta formativa e o funcionamento dos cursos através de flyers e vídeos publicados na página do agrupamento e na página de Facebook. No início do ano letivo são realizadas, pelo SPO em articulação com os Diretores de Turma, sessões dirigidas aos encarregados de educação dos cursos científico-humanísticos e profissionais. Paralelamente, ao longo do 9.º ano, é desenvolvida pelo SPO uma intervenção de orientação escolar e profissional, sendo dada continuidade a esta intervenção no início do secundário, incidindo então na adaptação ao novo ciclo de ensino.

6.5. Apoios educativos e medidas de suporte à aprendizagem

O agrupamento desenvolve um conjunto de apoios educativos e medidas de suporte à aprendizagem assente numa lógica de prevenção, diferenciação e inclusão. Integram-se neste quadro as aulas de apoio pedagógico,

os programas de tutoria, os apoios especializados, a intervenção da EMAEI, o funcionamento do Centro de Apoio à Aprendizagem e a articulação com o Centro de Recursos para a Inclusão e com outras entidades parceiras. Sublinha-se a ação da EMAEI em estreita articulação com as iniciativas congregadas no Centro de Apoio à Aprendizagem, com particular enfoque para o apoio educativo e psicopedagógico, os programas de tutoria, a sala de apoio ao estudo e o gabinete de mediação. Neste âmbito, a colaboração com o Centro de Recursos para a Inclusão e a Associação Semear Talentos configuram-se como parcerias importantes neste processo.

Estas respostas visam assegurar o acesso ao currículo, a consolidação das aprendizagens, o desenvolvimento de autonomia e a participação dos alunos, sendo operacionalizadas de forma ajustada aos diferentes níveis de ensino, perfis de necessidade e medidas previstas no regime da educação inclusiva.

No quadro das respostas de apoio, merecem especial destaque três iniciativas de caráter inovador implementadas pelo AECC: o Projeto de Prevenção dos Comportamentos Disruptivos, o Gabinete de Mediação e a Sala de Estudo. O Projeto de Prevenção dos Comportamentos Disruptivos visa a redução de ocorrências disciplinares e a promoção de um clima escolar positivo, através de estratégias de intervenção precoce, de desenvolvimento de competências socioemocionais e de articulação entre os diferentes agentes educativos. O Gabinete de Mediação constitui um espaço privilegiado para a gestão construtiva de conflitos, promovendo o diálogo, a responsabilização e a reparação das relações, em complemento das medidas disciplinares. A Sala de Estudo assegura um ambiente estruturado de apoio ao trabalho autónomo dos alunos, favorecendo a consolidação das aprendizagens e o desenvolvimento de métodos de estudo eficazes. Estas três iniciativas representam respostas organizativas relevantes às necessidades identificadas na comunidade educativa e integram-se na visão do agrupamento de uma escola promotora do bem-estar, da inclusão e do sucesso educativo de todos.

6.6. Formação contínua de docentes e não docentes

A formação contínua constitui uma condição necessária à melhoria sustentada das práticas do agrupamento. As necessidades identificadas apontam para o reforço da qualificação do pessoal docente e não docente em áreas como competências digitais, utilização pedagógica de tecnologias emergentes, gestão comportamental, inclusão, inovação metodológica e simplificação de procedimentos organizacionais.

A articulação com o Centro de Formação das Terras de Santa Maria representa uma oportunidade relevante para adequar a oferta formativa às prioridades estratégicas do agrupamento e para consolidar uma cultura profissional reflexiva e orientada para a melhoria contínua.

7. Avaliação e Monitorização

Plano de Formação: orientações para o quadriénio

A melhoria contínua das práticas pedagógicas e organizacionais do AECC depende de uma cultura de formação sólida, intencional e articulada com as prioridades do Projeto Educativo. O plano de formação do agrupamento para o quadriénio 2025–2029 não se reduz a um conjunto de ações pontuais: constitui uma aposta estratégica

no desenvolvimento profissional de todos os trabalhadores, docentes e não docentes, como condição indispensável para concretizar as metas definidas.

Este plano articula-se diretamente com o Plano Anual de Atividades (PAA), que operacionaliza anualmente as orientações aqui definidas, identificando as ações concretas, os formadores, os destinatários, as datas e os mecanismos de avaliação do impacto. A articulação com o Centro de Formação das Terras de Santa Maria é o canal preferencial para a acreditação das formações e para o acesso a financiamento específico para o desenvolvimento profissional.

Eixos temáticos do plano de formação

O plano de formação organiza-se em cinco eixos temáticos transversais ao quadriénio, cada um correspondendo a uma prioridade estratégica do agrupamento. A cada eixo correspondem modalidades formativas diversas, oficinas de formação, ações de curta duração (ACD), círculos de estudos, supervisão colaborativa e formação em contexto, privilegiando a aprendizagem entre pares e a reflexão sobre a prática.

- **Eixo 1, Inteligência Artificial e literacia digital:** uso ético da IA generativa em contexto pedagógico e administrativo; redução da carga burocrática com ferramentas digitais; proteção de dados e RGPD; integração da IA na diferenciação pedagógica e na avaliação. Destinatários: todos os docentes e coordenadores. Modalidade preferencial: ACD e oficinas de formação acreditadas.
- **Eixo 2, Avaliação para as aprendizagens:** diversificação dos instrumentos e modalidades de avaliação; autoavaliação e heteroavaliação dos alunos; avaliação formativa e feedback eficaz; alinhamento entre avaliação, currículo e metas do PE. Destinatários: docentes de todos os ciclos. Modalidade preferencial: oficinas de formação e círculos de estudos.
- **Eixo 3, Inclusão, diferenciação e bem-estar:** respostas educativas para alunos com necessidades específicas; competências socioemocionais; prevenção da indisciplina e gestão de conflitos; educação intercultural e acolhimento de alunos migrantes. Destinatários: docentes, técnicos de SPO/EMAEI e assistentes operacionais. Modalidade preferencial: formação em contexto e workshops.
- **Eixo 4, Liderança pedagógica e trabalho colaborativo:** liderança intermédia e coordenação de equipas; supervisão pedagógica colaborativa; planificação e avaliação em equipa; partilha de boas práticas. Destinatários: coordenadores de departamento, diretores de turma e lideranças intermédias. Modalidade preferencial: círculos de estudos e formação em contexto.
- **Eixo 5, Administração escolar e serviços:** procedimentos administrativos e digitalização; comunicação institucional; primeiros socorros e segurança; apoio a alunos com necessidades específicas em contexto não letivo. Destinatários: assistentes técnicos e assistentes operacionais. Modalidade preferencial: ACD e formação em contexto.

Princípios orientadores

O plano de formação do AECC rege-se pelos seguintes princípios: (i) relevância, todas as ações devem responder a necessidades identificadas no diagnóstico e nas prioridades do PE; (ii) impacto, a formação deve traduzir-se em mudanças observáveis nas práticas e nos resultados; (iii) continuidade, privilegia-se a formação em profundidade ao longo do tempo em detrimento de ações isoladas; (iv) participação, os trabalhadores são ouvidos na identificação das necessidades e na avaliação das ações; (v) articulação, o plano de formação integra-se no PAA e é avaliado anualmente pelo conselho pedagógico.

A avaliação do impacto da formação realiza-se a dois níveis: imediatamente após cada ação, através de questionário de satisfação e de identificação de intenções de mudança; e seis meses depois, através de evidências recolhidas em contexto de sala de aula ou de serviço. Os resultados desta avaliação alimentam a revisão anual do plano de formação e a atualização das prioridades para o ano letivo seguinte.

7.1. Indicadores de avaliação

A avaliação do Projeto Educativo deverá assentar em indicadores quantitativos e qualitativos que permitam apreciar a evolução dos resultados escolares, das taxas de retenção, desistência e abandono, do progresso nas competências de literacia linguística e literacia matemática, da participação dos alunos, do envolvimento das famílias e das associações representativas, da eficácia das medidas de suporte à aprendizagem, da conclusão dos diferentes percursos formativos, da empregabilidade no ensino profissional, do acompanhamento de ex-alunos, da redução de ocorrências disciplinares, da qualidade do clima escolar, da execução das ações de digitalização e da participação em projetos, parcerias e ações de formação.

7.2. Procedimentos de recolha de dados

A recolha de dados deve apoiar-se nos instrumentos internos de monitorização do agrupamento, nos relatórios de autoavaliação, na informação estatística disponível em plataformas oficiais, nos contributos das estruturas de coordenação pedagógica e de apoio especializado e em dispositivos regulares de auscultação da comunidade educativa. A existência de canais de escuta ativa e de feedback construtivo, dirigidos a alunos, famílias, trabalhadores e parceiros, constitui condição necessária para que os dados recolhidos sejam úteis, comparáveis e orientadores da tomada de decisão.

7.3. Relatórios anuais e autoavaliação

A produção de relatórios anuais e de documentos de autoavaliação constitui um mecanismo essencial de regulação institucional, permitindo identificar progressos, fragilidades persistentes e necessidades de ajustamento das medidas adotadas. Estes relatórios deverão apoiar-se em evidências tratadas de forma sistemática, favorecer a leitura partilhada dos resultados pelas equipas e sustentar a disseminação de boas práticas, de modo a institucionalizar uma cultura de melhoria contínua baseada em dados.

Como sublinham Machado e Formosinho (2016), a partilha sistemática de práticas e de resultados entre equipas docentes constitui condição essencial para a melhoria sustentada das aprendizagens e para a construção de uma cultura profissional reflexiva. A autoavaliação da escola deve, por isso, ser entendida não como procedimento formal, mas como instrumento genuinamente orientado para a melhoria (Roldão, 1999).

7.4. Revisão e atualização do Projeto Educativo

O Projeto Educativo deverá ser objeto de revisão periódica, em função da monitorização realizada, das orientações normativas em vigor, da evolução dos indicadores e das necessidades emergentes da comunidade educativa. A atualização do documento deve assegurar continuidade estratégica, mas também capacidade de ajustamento, definindo metas verificáveis, responsáveis claros e mecanismos de acompanhamento que permitam consolidar as melhorias introduzidas.

8. Gestão e Organização

8.1. Estrutura organizacional

O agrupamento organiza-se enquanto unidade orgânica integradora de educação pré-escolar, ensino básico, ensino secundário regular, cursos profissionais e educação de adultos, com escola sede e estabelecimentos distribuídos por diferentes localidades. Esta configuração exige mecanismos consistentes de coordenação, articulação e gestão pedagógica e administrativa.

8.2. Órgãos de gestão e coordenação

A governação do agrupamento assenta nos órgãos legalmente previstos e nas estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica, cuja ação se revela essencial para a coerência organizacional, a regulação das práticas e a concretização das prioridades estratégicas definidas. Neste quadro, assume particular importância uma liderança de proximidade, capaz de articular a direção com as diferentes escolas e serviços, de assegurar coerência na execução das decisões e de promover responsabilidade partilhada na concretização dos objetivos institucionais.

8.3. Participação dos alunos, famílias e parceiros

A participação dos alunos, das famílias e dos parceiros constitui uma dimensão central da vida do agrupamento. A escola deverá reforçar de forma estruturada o envolvimento das associações de pais, dos estudantes e dos trabalhadores, bem como a articulação com entidades externas, de modo a alargar a participação nos processos de decisão, na concretização do Projeto Educativo e na avaliação das medidas implementadas. O aprofundamento desta participação é condição necessária para fortalecer a corresponsabilização, a confiança institucional e a adequação das respostas educativas.

8.4. Comunicação interna e externa

A comunicação interna e externa deverá favorecer transparência, previsibilidade e confiança entre os diferentes membros da comunidade educativa, apoiando a circulação de informação relevante, a divulgação de projetos e resultados e a consolidação da imagem institucional do agrupamento no território em que se insere. Para esse efeito, importa garantir canais regulares de comunicação e de feedback, com linguagem clara, procedimentos uniformizados e capacidade de dar visibilidade aos resultados alcançados, às oportunidades formativas existentes e ao valor público do agrupamento.

9. Vigência e Revisão do Projeto Educativo

9.1. Período de vigência

O presente Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas Coelho e Castro, designado “Abraçar e Educar”, tem um período de vigência de quatro anos letivos, compreendendo os anos de 2025-2026 a 2028-2029, alinhando-se assim com o mandato dos órgãos de gestão e com os ciclos avaliativos externos.

Esta duração quadrienal corresponde ao horizonte temporal considerado adequado para a concretização de objetivos estratégicos de natureza estrutural, permitindo simultaneamente uma visão de médio prazo e a flexibilidade necessária para incorporar os ajustamentos que a realidade educativa exige. Como sublinha Costa (2003), um projeto educativo deve ser suficientemente estável para garantir continuidade estratégica, mas suficientemente flexível para se adaptar às mudanças do contexto interno e externo.

9.2. Monitorização e acompanhamento

A monitorização do Projeto Educativo será realizada de forma contínua e sistemática, através de dois níveis articulados de acompanhamento:

- Balanço semestral, apresentado ao Conselho Pedagógico, integrando a análise dos indicadores disponíveis, a identificação de desvios relativamente às metas definidas e a proposta de medidas corretivas ou de reforço.
- Avaliação anual, apresentada ao Conselho Geral, contemplando o grau de execução das metas, os principais resultados alcançados, os constrangimentos identificados e as propostas de ajustamento para o ano letivo seguinte.

A produção de relatórios anuais de progresso constitui um mecanismo essencial de prestação de contas à comunidade educativa e de alimentação do ciclo de melhoria contínua que este projeto pretende institucionalizar. Como defendem Machado e Formosinho (2016), a partilha sistemática de evidências entre as equipas educativas é condição indispensável para que os processos avaliativos se convertam em melhoria efetiva das práticas.

9.3. Procedimentos de revisão

O Projeto Educativo poderá ser objeto de revisão parcial ou total nas seguintes circunstâncias:

- Revisão ordinária anual: ajustamento das metas e dos indicadores com base na evidência recolhida no âmbito da monitorização e da autoavaliação interna, sem prejuízo da estabilidade das linhas estratégicas do documento.
- Revisão extraordinária: sempre que ocorram alterações normativas significativas, mudanças substanciais no contexto interno ou externo do agrupamento, ou sempre que os órgãos de gestão, em articulação com o Conselho Geral, considerem necessário introduzir ajustamentos estruturais ao projeto.
- Revisão de final de mandato: avaliação global do quadriénio, integrando os resultados da avaliação interna e da avaliação externa, com vista à elaboração do Projeto Educativo para o quadriénio seguinte.

Qualquer revisão deve ser precedida de um processo participado de auscultação da comunidade educativa, envolvendo docentes, não docentes, alunos, encarregados de educação e parceiros, garantindo que o

documento continua a ser um instrumento genuinamente comunitário e não apenas uma produção técnica da gestão. Como recorda Alarcão (2001), uma escola reflexiva é aquela que pensa sobre si própria, que aprende com a experiência e que mobiliza todos os seus agentes em torno da melhoria.

9.4. Divulgação e publicitação

O presente Projeto Educativo, após aprovação pelo Conselho Geral, será divulgado à comunidade educativa através dos canais de comunicação interna e externa do agrupamento, nomeadamente o sítio web institucional, as reuniões de início de ano com docentes e encarregados de educação e a afixação nos espaços comuns das escolas do agrupamento.

A divulgação ativa do Projeto Educativo não é um requisito formal: é uma condição de apropriação coletiva. Um projeto que não é conhecido não pode ser vivido. Um projeto que não é vivido não pode produzir mudança. É por isso que o agrupamento assume o compromisso de tornar este documento um referencial presente e acessível a toda a comunidade, em linguagem clara, em formatos diversificados e em espaços de partilha e debate que promovam o seu conhecimento, a sua discussão e o seu aprofundamento.

Referências bibliográficas

- Alarcão, I. (2001). *Escola reflexiva e supervisão: uma escola para o século XXI*. Porto Editora.
- Alarcão, I., & Roldão, M. C. (2010). *Avaliação das aprendizagens e sucesso escolar*. Porto Editora.
- Alarcão, I., & Tavares, J. (2019). *Supervisão da formação e do ensino: Uma perspetiva de desenvolvimento e aprendizagem*. Almedina.
- Azevedo, J. (2019). *Gestão escolar e inovação pedagógica: Desafios e estratégias*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Azevedo, J. (2011). *Liberdade e política pública de educação: Ensaio sobre um novo compromisso social pela educação*. Fundação Manuel Leão.
- Barroso, J., & Carvalho, L. M. (2010). *Políticas de accountability na educação: Entre a regulação e a emancipação*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Bolívar, A. (2012). *Liderazgo y autonomía de centros educativos*. Octaedro.
- Barroso, J. (1996). O estudo da escola. Porto Editora.
- Barroso, J. (2005). *O estado, a educação e a regulação das políticas públicas*. *Educação & Sociedade*, 26(92), 725–751. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302005000300002>
- Barroso, J., & Carvalho, L. M. (Coords.) (2020). *Conhecimento e política em educação: Uma perspetiva crítica*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Carvalho, L. M., & Costa, E. (2015). Seeing education with one's own eyes and through PISA lenses: Considerations of the reception of PISA in European countries. *Discourse: Studies in the Cultural Politics of Education*, 36(5), 638–646. <https://doi.org/10.1080/01596306.2015.1075703>
- Costa, J. A. (2011). *A autoavaliação das escolas: Um instrumento para a melhoria contínua*. Almedina.
- Costa, J. (2019). *Inovação pedagógica e melhoria do sucesso escolar*. Edições Asa.
- Costa, J. A. (2003). O projeto educativo da escola e as políticas educativas locais: Discursos e práticas. *Revista Portuguesa de Educação*, 16(1), 87–110.
- Cosme, A., & Trindade, R. (2013). *Escola a tempo inteiro: Políticas, contextos e atores*. Porto Editora.
- Direção-Geral da Educação (2024). *Relatório de literacia digital docente: Resultados da ferramenta Check-In*. DGE/Ministério da Educação.
- Dinis, L. L. (1997). Presidente do conselho diretivo: O profissional como administrador. *Revista de Educação*, 6(1), 95–121.
- Formosinho, J. (2016). Modelos curriculares para a educação de infância: Construindo uma praxis de participação. *Revista Portuguesa de Pedagogia*. Porto Editora.
- Formosinho, J., Ferreira, F. I., & Machado, J. (2010). *Formação, desempenho e avaliação de professores*.
- Leite, C., Gomes, L., & Fernandes, P. (2001). *Projetos curriculares de escola e de turma: Conceber, gerir e avaliar*. Edições ASA.

- Machado, J., & Formosinho, J. (2016). Equipas educativas e comunidades de aprendizagem. *Revista Portuguesa de Investigação Educacional*, 16, 11–31.
- Morgado, J. (2020). *Autoavaliação e melhoria das escolas: Caminhos para uma cultura de qualidade*. Fundação Manuel Leão.
- Nóvoa, A. (1992). *Os professores e a sua formação*. Dom Quixote.
- Nóvoa, A. (2009). Para uma formação de professores construída dentro da profissão. *Revista Educação, Sociedade & Culturas*, 28, 139–155.
- Presidência do Conselho de Ministros (2019). *Estratégia Nacional de Inteligência Artificial, AI Portugal 2030*. República Portuguesa.
- Rio Cardoso, J. (2025). *Mais IA, melhor educação: Um guia essencial para pais, alunos e professores*. Guerra e Paz.
- Rodrigues, A., & Vieira, P. (2022). *Trabalho colaborativo e inovação pedagógica: Estratégias para o sucesso escolar*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- UNESCO, Miao, F., & Holmes, W. (2023). *Guidance for generative AI in education and research*. UNESCO. <https://doi.org/10.54675/PCSP7350>
- Vicente, P. N. (2023). *Os algoritmos e nós*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Vieira, C. (2015). *Escola e família: Parcerias para o sucesso educativo*. Texto Editores.
- Neto-Mendes, A. (2004). Escola pública: Gestão democrática, colegialidade e individuação. *Revista Portuguesa de Educação*, 17(2), 115–131.
- Pacheco, J. A. (1996). *Currículo: Teoria e praxis*. Porto Editora.
- Roldão, M. C. (1999). *Gestão do currículo e avaliação de competências: As questões dos professores*. Editorial Presença.
- Roldão, M. C. (2007). Colaborar é preciso: Questões de qualidade e eficácia no trabalho dos professores. *Noesis*, 71, 24–29.
- Sanches, M. F. C. (1996). Imagens de liderança educacional: Ação tecnocrática ou ação moral e de transformação? *Revista de Educação*, 6(1), 13–35.
- Simões, G. M. J. (2005). *A avaliação do desempenho docente: Contributos para uma análise crítica*. Texto Editores.
- Trindade, R., & Cosme, A. (2010). *Educar e aprender na escola: Questões, desafios e respostas pedagógicas*. Fundação Manuel Leão.